

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE O PROJETO
ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DOS CENTROS
DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA ALTA
SOROCABANA**

Camila Silva Aguera

Flávia Cortez Leirião

Michelle Cavalli

Presidente Prudente/ SP

2008

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE O PROJETO
ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DOS CENTROS
DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA ALTA
SOROCABANA**

Camila Silva Aguera

Flávia Cortez Leirião

Michelle Cavalli

TC apresentado como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da professora Márcia Heloísa de Oliveira.

Presidente Prudente/ SP

2008

**APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE O PROJETO
ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DOS CENTROS
DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA ALTA
SOROCABANA**

Trabalho de Curso aprovado como
requisito parcial para obtenção do Grau de
Bacharel em Serviço Social.

Márcia Heloísa de Oliveira

Vera Lúcia Canhoto Gonçalves

Mariane Delatin Rodrigues Ito

Presidente Prudente, 20 de novembro de 2008

“Mude, mas comece devagar,
porque a direção é mais importante
que a velocidade [...]

Experimente coisas novas.
troque novamente
mude, de novo.
experimente outra vez.

Você certamente conhecerá coisas melhores
e coisas piores do que as já conhecidas,
mas não é isso o que importa.

O mais importante é a mudança,
o movimento,
o dinamismo,
a energia.
Só o que está morto não muda!

Repito por pura alegria de viver:
a salvação é pelo risco, sem o qual a vida
não vale a pena! “

Clarice Lispector

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter iluminado nosso caminho em todos os momentos, sendo nossa força, dando-nos sabedoria, perseverança e a oportunidade de realizar este trabalho, que é parte de um grande sonho.

Aos meus queridos pais Francisco e Virginia que acompanharam cada etapa deste momento, ajudando dentro de suas possibilidades, mas sempre dedicados, demonstrando grande amor. Qualquer palavra será insuficiente para traduzir meus sentimentos.

Às amigas, Flávia e Michelle, sempre tão companheiras, que contribuíram para este trabalho tornar-se real. Minhas sinceras desculpas pelas incompreensões, mas principalmente, meu carinho e respeito. Vocês são especiais em minha vida!

Ao meu querido amigo e namorado, Juninho, por tantas vezes ter ouvido meus desabaços, medos e inseguranças, sem ao menos perceber, e de forma singela, ter colaborado muitíssimo.

Agradeço as assistentes sociais dos CRAS que entrevistamos pela atenção e dedicação desprendimento de seu tempo e compreensão. Pessoas significantes que contribuíram fundamentalmente para realização da pesquisa de campo.

Por fim, não menos importante, agradeço à nossa orientadora e mestra Márcia Heloisa de Oliveira, pelo incentivo, carinho, paciência. Pelas orientações, que através da sinceridade e experiência, foi significativa para o desenvolvimento e valorização de nosso estudo acadêmico. Nossa gratidão.

Camila Silva Aguera

AGRADECIMENTOS

Acima de todos e de tudo, agradeço a Deus pela nova vida que tenho por intermédio de Seu Filho Jesus, por Seu imenso amor e misericórdia por mim. Por me mostrar o caminho da verdade e da vida e me guiar pelas veredas da justiça. Obrigada Senhor por mais esta vitória concedida a mim.

Aos meus pais Sidney e Vera, por me ensinarem a viver segundo os princípios bíblicos, com honestidade, fé e amor, por acreditarem em mim, sempre me apoiando e dando força para que eu não desistisse em meio à caminhada. À minha irmã Rafaela, pelas alegrias vividas em todos os momentos, com a qual tenho aprendido bastante a ser uma pessoa melhor. E ao meu noivo Murilo, por seu companheirismo, amor, incentivo e compreensão quando precisei.

Às minhas amigas e companheiras na construção do TC, Camila e Michelle. Agradeço pela oportunidade de crescer com vocês e pela amizade, respeito e perdão.

À minha supervisora de estágio Ana Virgínia, por compartilhar comigo, nesses dois anos de estágio, conhecimentos e experiências, os quais contribuíram para meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos meus familiares, amigos e professores, que estiveram comigo durante esse período de minha vida, que direta ou indiretamente me apoiaram, possibilitando-me a compreensão de que a vida só é bem vivida quando estamos ao lado de quem amamos.

À orientadora Prof^a Márcia Heloísa de Oliveira pela dedicação ao ensino, pela paciência e incentivo, por depositar em nosso grupo confiança, e pela esperança de enquanto profissional, poder contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Flávia Cortez Leirião

AGRADECIMENTOS

Agradeço, Senhor Deus pelo dom da vida, por todas as obras que realizastes em mim e por permitires que eu conquistasse mais esta vitória em minha vida. Tu és a minha fortaleza Senhor, e fonte de todo amor.

Quero te agradecer Senhor, pelos meus pais, Pedro e Cida, irmãos, Vinícius e Felipe, e familiares que estiveram ao meu lado durante toda a minha vida, me apoiando e incentivando para que eu chegasse até aqui hoje, e conquistasse tudo o que tenho e sou. E acreditando que conquistas maiores virão.

Agradeço meu Deus, pela vida do meu noivo Fábio, um presente que me destes. Nele eu encontro compreensão, apoio e incentivo em todas as minhas decisões e atitudes, mesmo que isso signifique compromissos e ausências. Agradeço também por meus amigos que, se mencionasse os nomes, não caberiam neste espaço. Eles são minha alegria e fonte de coragem e perseverança.

Destes amigos, Senhor, não poderia deixar de agradecer pela Camila e pela Flávia que dividiram este trabalho comigo. Com sua bênção, Senhor, vencemos esta etapa, superando todas as dificuldades que encontramos pelo caminho. Aprendemos a respeitar nossas diferenças, que não foram motivos de discórdia, mas de complemento.

Sem o apoio, auxílio e dedicação da professora Márcia Heloísa, não teríamos concluído nossa pesquisa. Agradeço Senhor, pela vida dela e de todos os professores que contribuíram para meu crescimento, formação e vitórias conquistadas ao longo dos anos acadêmicos.

Enfim, Te agradeço meu Deus, por mais esta conquista que este trabalho representa. Peço que suas bênçãos e seu amor atinjam a todos que fazem parte da minha vida e história de conquistas e realizações. Esta foi a forma que encontrei para dizer a todos o meu muito obrigada.

Que meu agradecimento e gratidão cheguem a todos através da minha oração.

Amém!

Michelle Cavalli

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as aproximações e distanciamentos entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a nova gestão da Política de Assistência Social, estabelecendo uma relação entre ambos enfocando o trabalho do assistente social nos Centros de Referência da Assistência Social da Alta Sorocabana. Para fundamentar a discussão foi realizada pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica apresenta inicialmente a trajetória histórica do Serviço Social, enfocando a construção do Projeto Ético-Político da profissão, e da Política de Assistência Social, destacando a construção do Sistema Único da Assistência Social - SUAS. A busca por essa trajetória histórica visa dar base para o estudo de como se encontra hoje a Política de Assistência Social, já que esta é campo fértil para a intervenção do Serviço Social. A pesquisa de campo teve como referência os 6 CRAS da Alta Sorocabana, alvo de nossa pesquisa. Finalizamos com uma discussão em torno da relação, entre o Projeto Ético-Político da profissão e a Política de Assistência Social, apontando as aproximações e distanciamentos entre ambos e destacando como categorias de análise a Autonomia, a Participação Popular e a Ação Transformadora. Consideramos de forma crítica os pontos que mais se destacaram nas entrevistas com as assistentes sociais, identificando as características gerais da região.

Palavras-chave – Política de Assistência Social. Projeto Ético-Político do Serviço Social. Centros de Referência de Assistência Social. Participação popular. Autonomia. Ação Transformadora.

ABSTRACT

The present work had as objective to analyze the approaches and estrangements between the Ethical-political Project of the Social Service and the new management of Social Assistance Politics, establishing a relationship between both focusing the work of the social assistant in the Reference Centers of Social Assistance of High Sorocabana. To base the discussion it was accomplished bibliographical research and of field. The bibliographical research initially presents the historical trajectory of the Social Service, focusing the construction of the professional Ethical-political Project, and the Social Assistance Politics, detaching the construction Unified Social Assistance System – USAS. The search for this historical trajectory aims at to give base for the study of how it is the Social Assistance Politics today, since this is fertile field for the intervention of the Social Service. The field research had as reference the 6 CRAS of High Sorocabana, objective of our research. We finish with a discussion around the relationship, between the professional Ethical-political Project and Social Assistance Politics, pointing the approaches and estrangements between both and detaching as analysis categories the Autonomy, the Popular Participation and the Transforming Action. We consider of critical form the points that had been more distinguished in the interviews with the social assistants, identifying the general characteristics of the region.

Key-Words: Social Assistance Politics. Ethical-Political Project of the Social Service. Reference Centers of Social Assistance. Popular Participation. Autonomy. Transforming Action.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AI-5 – Ato Institucional número 5

ART – Artigo

CEAS – Centro de Estudos de Ações Sociais

CF – Constituição Federal

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

DRADS/ASO – Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social da Alta Sorocabana

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENESSO – Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

FUNABEM - Fundação do Bem-Estar do Menor

LBA – Legião Brasileira da Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB – Norma Operacional Básica

NOB-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

ONG – Organizações não Governamentais

PAIF – Programa de Atendimento Integral à Família

PEPSS – Projeto Ético-Político do Serviço Social

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

SIC – Segundo Informações do Cliente, ou Assim é (sine ipsum)

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUS – Sistema Único da Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 SERVIÇO SOCIAL: DO CONSERVADORISMO À CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO – POLÍTICO.....	16
2.1 A Questão Social e Surgimento do Serviço Social no Brasil.....	17
2.2 O Serviço Social e o Movimento de Reconceituação.....	24
2.2.1 A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social após os anos 80.....	30
2.3 O Serviço Social Hoje.....	37
3 DO ASSISTENCIALISMO À ATUAL CONFIGURAÇÃO DO SUAS/CRAS: A NOVA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	43
3.1 O Surgimento da Assistência Social como Prática Assistencialista.....	44
3.2 A Assistência Social Enquanto Política da Seguridade Social: Um Novo Modelo de Gestão.....	48
3.2.1 A construção do novo modelo de gestão da assistência social.....	57
3.2.2 As características do Sistema Único de Assistência Social e sua configuração no Centro de Referência da Assistência Social.....	59
4 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E A NOVA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE DE DADOS.....	71
4.1 Eixos de Análise.....	71
4.2 Análise dos Dados.....	77
4.3 Aproximações e Distanciamentos entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Nova Gestão da Política de Assistência Social.....	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
BIBLIOGRAFIA.....	101
ANEXOS.....	106

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou estabelecer uma relação do Projeto Ético-Político do Serviço Social com a nova gestão da Política de Assistência Social, considerando suas aproximações e distanciamentos, enfocando e analisando o trabalho do assistente social nos Centros de Referência da Assistência Social da 10ª região administrativa do Estado de São Paulo.

A escolha do tema deste Trabalho de Curso emergiu a partir do interesse do grupo em estudar profundamente o assunto. Esse interesse amadureceu no decorrer dos anos acadêmicos e se transformou nesta pesquisa. A partir do estudo da trajetória da Política de Assistência Social e da profissão do Serviço Social, estabeleceu-se uma relação entre ambas, procurando compreender como se dá o trabalho do assistente social nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Sendo o CRAS uma proposta inovadora e recente, torna-se instigante a nossa pesquisa.

A escolha da Política de Assistência Social como fonte de discussão deste trabalho se deu devido a peculiar característica que a permeia. A Assistência Social, na sociedade brasileira, é marcada por uma longa trajetória de caráter assistencialista que visava atender os pobres e miseráveis que necessitavam de ajuda do poder público. Entretanto, esse caráter vem ganhando uma nova configuração a partir do momento em que se pensa numa política universal pautada nos direitos dos cidadãos e não mais na benemerência.

Além disso, a escolha do tema se deu pelo fato de que o assistente social possui domínio sobre a configuração da Assistência Social e sobre a atuação profissional na mesma, uma vez que, é portador de competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. O profissional procura atuar junto à população na busca da efetivação dos direitos humanos e na defesa dos interesses da população, como as possibilidades de acesso a programas, bens e serviços, bem como a inserção em Políticas Públicas.

Delimitando a discussão dentro da própria Política de Assistência Social, destacaremos a análise sobre os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, considerando que estes são a porta de entrada do usuário na prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais, através da inserção da população

em serviços, programas e projetos de proteção social básica do SUAS. O estudo também foi incentivado pelo fato de que os CRAS estão em processo de implantação, possuindo características peculiares e tornando-se um dos responsáveis pela nova configuração da Política de Assistência Social. O CRAS possibilita o primeiro contato da população com a Política de Assistência Social e a realização de encaminhamentos para a proteção social especializada no CREAS, quando há o risco social.

Ao mesmo tempo, o conhecimento do assistente social contribui para a realização das ações no CRAS, já que esse profissional compreende as complexidades sociais e dessa forma é capaz de intervir na realidade de forma transformadora. Através do Projeto Ético-Político do Serviço Social, o assistente social é capaz de nortear suas ações em direção a uma Política com qualidade e compromisso com a população.

É necessário evidenciar a importância que os assistentes sociais têm nas políticas sociais brasileiras, executando suas atribuições com um anseio claro: uma sociedade justa, composta por cidadãos conscientes e participativos, e construída a partir da consolidação dos direitos sociais. Hoje, podemos dizer que o Serviço Social tem uma intencionalidade profissional pautada nas lutas e conquistas no campo dos direitos sociais, por tantas vezes “reconhecidos”, porém nem sempre efetivados.

Os objetivos principais desta pesquisa foram o de analisar as aproximações e distanciamentos entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o novo modelo de gestão da Política de Assistência Social e confirmar, se o assistente social que desenvolve um trabalho no CRAS, que tem correspondido ao que o novo modelo de gestão da Política de Assistência Social propõe. Lembrando que, por se tratar de uma proposta recente, datada no ano de 2005, há muito para ser construído, já que, na maioria dos municípios, o CRAS está em processo de implantação. Destacou-se assim a necessidade de compreender como está hoje a Política de Assistência Social e, para isso, é importante resgatar sua história, assim como compreender que o nível de amadurecimento que a profissão atingiu hoje é devido a uma determinação histórica que deve ser levada em consideração.

A proposta do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, envolve descentralização-territorialização, matricialidade sócio familiar e participação popular, que são elementos importantes do trabalho do assistente social, definindo-se que não há como pensar descentralização-territorialização junto ao princípio de

matricialidade, sem haver participação popular, uma vez que um está diretamente ligado ao outro, pois são complementares.

Como forma de análise para que se torne possível estabelecer uma relação entre o Projeto de Profissão do Serviço Social e a Política de Assistência Social, considerando as aproximações e distanciamentos entre ambos, foi necessário estabelecer três eixos de análise que consideramos presentes tanto em um quanto em outro. São os eixos: autonomia, participação popular e ação transformadora. Através dessa delimitação tornou-se possível verificar as relações existentes entre ambos.

Foi nesses três eixos que fundamentou-se esta pesquisa de campo.

Como hipótese principal propôs-se que “é possível no cotidiano profissional fazer a relação do Projeto Ético Político do Serviço Social com na nova gestão da Política de Assistência Social, e estabelecer aproximações e distanciamentos existentes entre eles”. Hipótese que deverá ser comprovada ou não, no decorrer da pesquisa.

A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa bibliográfica, pautada nos livros, revistas, artigos, internet, entre outros, que tratavam do assunto abordado e, a pesquisa de campo, realizada na Alta Sorocabana, com base em um roteiro de dez perguntas estruturadas e abertas, que permitiram análises de caráter qualitativo abrangendo todos os municípios que possuem CRAS.

No segundo capítulo foi realizado um estudo sobre a trajetória histórica da profissão de Serviço Social, ou seja, desde sua vinculação conservadora com a doutrina da Igreja Católica, passando pela fase de reconceituação da profissão e alcançando a construção do Projeto Ético Político Profissional atual, que mereceu destaque por se tratar do enfoque principal da pesquisa.

Com a finalidade de relacionar o Serviço Social com a Política de Assistência Social, se fez necessário então no terceiro capítulo uma retomada histórica para a compreensão do que se tem hoje enquanto Política de Assistência Social no Brasil. Trata-se de um caminho permeado por lutas e conquistas, contudo, sabemos que ainda há muito para se alcançar.

Por fim, o quarto e último capítulo trata da análise dos resultados da pesquisa de campo, no qual, permeada pelo olhar crítico, buscou-se fazer uma relação com os capítulos anteriores, levantando as características da região

pesquisada. Foram destacados os avanços e os retrocessos, aproximações e distanciamentos entre o Projeto Ético-Político e a Política de Assistência Social.

Ainda foram levantadas algumas propostas para a intervenção profissional, já que, com as pesquisas, adquiriu-se uma visão abrangente e significativa do tema. Com essas propostas, pretende-se deixar uma contribuição para o trabalho realizado pelos assistentes sociais dos CRAS da nossa região.

Além disso, deu-se mais ênfase a aspectos, tais como a necessidade de uma maior:

- a) autonomia tanto dos profissionais de Serviço Social, quanto dos usuários para que sejam capazes e tenham o poder de tomar suas próprias decisões e de construir sua história, pautados em seus valores e prioridades;
- b) participação popular, como mecanismo de fortalecimento das ações, de transformar a vida e obter respostas sustentáveis à realidade;
- c) ação transformadora do assistente social que, no uso de sua ampla capacidade, pode rebelar-se contra a histórica indiferença social e, com os olhos postos no passado, construir no presente uma luta pela trajetória civilizatória e por um futuro melhor. E, assim sendo, contribuir para a efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social na profissão.

2 SERVIÇO SOCIAL: DO CONSERVADORISMO À CONSTRUÇÃO DO PROJETO ÉTICO – POLÍTICO

Neste segundo capítulo temos como objeto de estudo o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, como instrumento norteador da profissão.

Compreendemos que esse projeto constrói a auto-imagem da profissão e lhe dá direção e legitimidade social, define os objetivos da ação profissional e elegem as prioridades para a intervenção do assistente social.

Ele é composto pela Lei n° 8 662, que Regulamenta a Profissão, Diretrizes Curriculares, e Código de Ética. Entretanto, não se trata de um produto estático, mas dinâmico e passível de mudanças, uma vez que acompanha as transformações societárias.

A direção do Projeto norteia a ação profissional em direção à defesa dos interesses da classe trabalhadora, rumo a construção de uma nova ordem social pautada em valores como equidade; justiça social; cidadania; autonomia; liberdade; eliminação de todas as formas de exploração e preconceito de classes, etnias e gêneros e defesa intransigente dos direitos sociais.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social oferece fundamentos para que o assistente social tenha uma ação transformadora na realidade em que se insere, atuando nas demandas apresentadas em seu campo de trabalho, possibilitando ao profissional o rompimento de práticas conservadoras e assistencialistas.

Para entender o Projeto Profissional, é necessário compreendermos o caminho de construção e desenvolvimento da profissão do Serviço Social no Brasil, que sofre influências sócio-históricas no seu processo de movimento e transformação. Consideraremos a gênese da profissão no Brasil e sua vertente conservadora vinculada primeiramente à Igreja Católica; à forte influência da corrente teórica do positivismo; e posteriormente à vertente da teoria crítica da realidade.

2.1 Questão Social e Surgimento do Serviço Social no Brasil

O Serviço Social surge da emergência da questão social que se expressa na desigualdade social, econômica e cultural da sociedade capitalista, que é derivada do antagonismo entre o Capital e o Trabalho. É neste contexto que a questão social, é produzida e reproduzida num espaço contraditório cujo objeto de intervenção profissional abrange esse conjunto de contradições e conflitos que se manifestam no cotidiano da população.

Para a compreensão da gênese e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, se faz necessário uma reflexão sobre o processo sócio-histórico que os permeia.

Em meados da década de 1920 o modelo agro-exportador do país, voltado para a cultura do café deixa de ser a maior produção brasileira e, no início da década de 1930, inicia-se o processo de industrialização¹ e urbanização² do país sob a influência da experiência dos países europeus. Esse processo de industrialização e urbanização consolidou a classe social dominante, ou seja, a burguesia, criando a relação capital X trabalho, dando origem ao modo de produção capitalista.

Há, portanto, uma nova configuração, um novo modo de produção, como bem ressalva José Paulo Netto (2001, p. 20) “é o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados”. Ou seja, dá-se início ao processo de exploração do trabalhador. A sociedade se divide em duas classes: a que vive do trabalho, ou seja, o proletariado explorado e a classe dominante, que possui os meios de produção, e explora a mão-de-obra do trabalhador. Nesse contexto a classe trabalhadora conta, para sua sobrevivência, apenas com a venda diária da força de trabalho em condições precárias e subhumanas.

¹ “O processo de industrialização não consiste apenas numa mudança das técnicas de produção e numa diversificação maior dos produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho”.(SINGER, 1998, p.32)

² Como o trabalho no campo já não é atividade principal e as condições de vida nesses espaços são precárias, ocorre o êxodo rural, e a população rural procura formas de sobrevivência nos espaços urbanos e trabalho nas fábricas que empregam grande quantidade de trabalhadores. O resultado dessa mudança é a superlotação dos centros urbanos e a construção de moradias precárias como os cortiços.

Nos países europeus, os trabalhadores já haviam atingido alto grau de conscientização e mobilização e começam a protestar exigindo melhores condições de trabalho e vida. Em alguns países como, por exemplo, na Inglaterra, discute-se a construção de uma nova ordem social mais humana e pautada nos direitos, em substituição ao sistema capitalista, cujo modo de produção está voltado para a obtenção desenfreada do lucro e na configuração de classes sociais distintas e contraditórias. Esses pensamentos revolucionários da classe trabalhadora foram influenciados pelas teorias de Marx e Engels, expressas no “O Manifesto Comunista” lançado em 1948.

As idéias do pensador Karl Marx discutem o fim da sociedade capitalista e propõe a criação de uma nova ordem societária – o comunismo. Suas obras influenciam o pensamento de outros teóricos bem como da classe trabalhadora, que está vivenciando o processo de desnaturalização da pobreza. Surgem, então, diversas organizações classistas com o intuito de pressionar a burguesia, exigindo uma sociedade mais justa, com distribuição igualitária do que é socialmente produzido.

A questão social é politizada e recebe enfrentamento pelo proletariado que

[...] põe a resolução da “questão social” como variável das lutas direcionadas à ultrapassagem da sociedade burguesa. Mas não se trata, somente, da *politização* da “questão social”, num andamento antípoda a qualquer visão conservadora ou reacionária: trata-se de visualizar a sua solução como *processo revolucionário*. Isto é, a “questão social” é colocada no seu terreno específico, o do *antagonismo* entre capital e o trabalho [...] (NETTO, 2001, p. 59, grifo do autor).

Notamos então, que “a partir das grandes mobilizações da classe operária nas duas primeiras décadas do século XX, o debate sobre a ‘questão social’ atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante dela” (IAMAMOTO, 1997, p. 18).

É nesse contexto de desenvolvimento e formação da classe operária que esta se insere no cenário político da sociedade, para exigir o reconhecimento de sua constituição de classe, por parte do Estado e da burguesia industrial em conjunturas históricas específicas.

Essas manifestações e movimentos que expressam as contradições das relações capital X trabalho, acima de tudo, são denominados de questão social,

e exigem novas formas de intervenção para além da caridade e da repressão, mas sim, respostas voltadas para efetivação de direitos.

Para Carvalho e Yamamoto (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Desta forma, o Estado³ cria políticas sociais como resposta às lutas e pressões da classe trabalhadora organizada, a fim de responder às necessidades do trabalhador em sua condição de vida e de trabalho, como enfrentamento do pauperismo que se instalou na classe trabalhadora.

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas, gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. (IAMAMOTO, 2003, p.77)

A nova corrente teórica marxista advinda da Europa adquire importância no Brasil no início do século XX, interferindo até mesmo nas ações governamentais. Na sociedade o discurso do modelo marxista ganha força, principalmente nos partidos políticos e na organização de movimentos sociais, sustentados pela esquerda política.

Contudo, os Estados Unidos, como maior potência econômica mundial, pauta-se em valores positivistas que defendem a manutenção da ordem - contestando as movimentações da classe trabalhadora -, para atingir o progresso dentro da própria ordem capitalista.

No Brasil o processo de conscientização dos trabalhadores não se deu com tanta intensidade uma vez que ao mostrar os primeiros indícios de questionamento da forma de organização do trabalho e da sociedade, o Estado, sob influência norte-americana, desmobiliza-os com a concessão de algumas reivindicações. Contudo, o intuito do Estado era atender às demandas, mas

³ “Na concepção de Marx, Estado é uma instituição que, acima de todas as outras, tem como função assegurar e conservar a dominação e a exploração da classe. É um comitê para a administração dos assuntos comuns de toda a burguesia”. (GLOSSÁRIO, 2008, s.p.)

enfraquecendo a organização trabalhista, tendo em vista que se estabelece o controle da classe trabalhadora e ao mesmo tempo busca-se nela a legitimação da política estabelecida.

Dessa forma o Estado adota uma política de massa “[...] incorporando parte das reivindicações populares, mas controlando a autonomia dos movimentos reivindicatórios do proletariado emergente [...]” (SILVA E SILVA, 2007, p. 24).

Observamos que na década de 30, a questão social está fragilizada, uma vez que não há forte enfrentamento dos problemas sociais pela classe trabalhadora. O Estado, atendendo aos interesses da classe dominante, cria instituições com o objetivo de desmobilizar os trabalhadores e oferece ações assistenciais para controlar os primeiros indícios de manifestação da classe operária visando a despolitização da questão social.

Desta forma, segundo Marilda Villela Iamamoto (1997, p. 18)

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confesionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30.

Ligado ao surgimento das instituições assistenciais estatais, o Serviço Social surge, então, como profissão institucionalizada, com sua ação voltada ao processo das relações sociais de contradição de classes, num relacionamento contraditório e antagônico, embora tenha que atender aos interesses da burguesia.

Anteriormente, a profissão consistia numa iniciativa da classe dominante através de ações caridosas de mulheres da classe média e alta, orientadas pela Igreja Católica como forma de auxílio aos mais necessitados. A questão social era vista como um problema moral e religioso e a intervenção priorizava a formação da família e do indivíduo que deviam se enquadrar na sociedade. As ações do profissional resumiam-se ao atendimento das necessidades emergenciais de seus “clientes”.

O Serviço Social tem suas origens no movimento social da Igreja Católica, focado em um modelo comunitário sob a égide da ética, da moral, da justiça e da caridade.

Devemos considerar que:

Durante a década de 1920 há um desenvolvimento moderado, o qual se acelerará no início da década seguinte, com a mobilização da igreja, do movimento católico leigo, surgirá o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Social. (RELAÇÕES, 2008, s.p).

Cabe ilustrar que as primeiras escolas de Serviço Social, baseadas na Doutrina da Igreja Católica, tinham em sua grade curricular, disciplinas como: Moral, Educação Familiar, Alimentação, Contabilidade Doméstica, Higiene, Enfermagem, Noções de Sociologia, Noções de Patologia, Psicologia, Higiene Mental, Legislação de Assistência, Legislação de Menores, Noções de Direito, Serviço Social, entre outras, que estavam atreladas à linha do apostolado e contraditória ao trabalho remunerado.

O início do Serviço Social foi marcado por lutas e vitórias, para a visibilidade da profissão, ainda que ligada à Igreja.

As escolas não se limitavam ao ensino, mas também implantavam serviço social nos diversos órgãos públicos e instituições particulares, estando sempre prontas a cooperar com as instituições a participar de encontros, congressos nacionais e internacionais, a criar obras sociais e outras atividades, norteadas por suas ações pelo ideal de servir. (LIMA, 1986, p. 64)

Não podemos deixar de ressaltar que houve controvérsias em relação ao envolvimento do Serviço Social com a Igreja. Pois, para a Igreja, o “trabalho social demanda desinteresse e despreendimento” de acordo com os princípios cristãos de caridade e amor ao próximo. As “controvérsias” se davam no sentido de que o Serviço Social crescia como profissão e se institucionalizava tornando-se remunerado.

Por outro lado, a noção do direito começa a surgir entre as práticas, ainda que de base tecnicista, buscando a superação da benesse, da caridade e do plano espiritual, em direção aos aspectos político-sociais. O trabalho desenvolvido pelas primeiras assistentes sociais ainda que sem rigor teórico, abria campos para o Serviço Social em diversas instituições, o que contribuiu fortemente para o seu reconhecimento social enquanto profissão.

A vinculação do Serviço Social com a Igreja foi progressivamente substituída pela vinculação com o Estado e nesse período, ocorre a institucionalização do Serviço Social que tem seu campo de atuação e clientela ampliadas, tornando-se uma profissão assalariada a serviço do aparato estatal e de empresas privadas, profissão essa que exige formação e competência. Sabemos

que nessa época a atuação do profissional visava à integração das populações carentes nos programas e projetos estatais.

A vinculação institucional altera, ao mesmo tempo, a “clientela” do Serviço Social: de pequenos segmentos da população pobre em geral, atingida ocasionalmente pelas obras sociais confessionais, seu público se concentrará em amplos setores do proletariado, alvo principal das políticas assistenciais implementadas pelas instituições. Este processo consolida a profissionalização do Assistente Social, que se torna categoria assalariada, e recruta seus membros entre os setores médios. Em suma, o Serviço Social deixa de ser um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais (IAMAMOTO, 1997, p. 31)

Nesse contexto

[...] os profissionais recebem um mandato das classes dominantes para atuarem junto à classe trabalhadora, isto é, as primeiras contratam e remuneram e a segunda recebe os serviços, reforçando a separação entre o pólo contratante e o pólo demandante dos serviços. (SILVA E SILVA, 2007 e 2002, p. 24).

Embora se caracterize como uma profissão institucionalizada, “[.] o Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (IAMAMOTO, 1997, p. 21) - rompe com a Igreja quando se torna profissão, mas conserva o referencial da Igreja - e a ação profissional visa lidar com os problemas do indivíduo, culpabilizando-o pela situação em que vive. Nesse momento o trabalho não se resume numa caridade tradicional, mas em ações interventivas de caráter curativo e preventivo.

A particularização do indivíduo - intelectual e moral - tende a ser vista na perspectiva de sua individualidade, sendo essa, uma visão a-histórica do indivíduo, encarando-o focalisticamente, como elemento segmentado da sociedade.

[...] A prestação de serviços imediatos em que interfere o Assistente Social contribui para que sejam atendidas as necessidades básicas e urgentes de sobrevivência das classes trabalhadoras. Especialmente de seus segmentos mais pauperizados, contribuindo com sua reprodução material. É acoplado a esses serviços buscados pela população que o profissional desempenha suas funções tipicamente intelectuais. (IAMAMOTO, 1997, p. 41)

A profissão começa a adquirir um caráter mais científico a partir do amadurecimento das Faculdades de Serviço Social, embasando seus conteúdos nas Ciências Sociais e pautando-se em matrizes teórico-metodológicas, isto é, nas teorias sociais para explicar a realidade da sociedade.

Dessa forma, se dá o início da superação das doutrinas católicas. Ambas, dogmas e teorias sociais, exercem influência na profissão, entretanto os dogmas católicos vão cedendo espaço para o pensamento científico de cunho conservador. A partir dos anos 40 há um enfoque maior na sociologia norte-americana conservadora que tem como princípios de intervenção o Serviço Social de caso, grupo e comunidade. Há forte influência da teoria positivista na profissão.

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 40, a ser tecnicado ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador de teoria social positivista. (YAZBEK, 2000, p. 22).

Nesse momento ocorre uma adaptação do discurso cristão ao pensamento positivista. Continua atendendo o imediato e o fragmentado. Não propõe mudanças, e sim, os ajustes necessários e a conservação da ordem capitalista vigente.

O profissional conduzia suas ações para que seus “clientes” se enquadrassem na sociedade. A profissão torna-se cada vez mais tecnicada, instrumentalizada e burocratizada em detrimento da valorização do ser humano.

Segundo estudos:

Nos anos 40 e 50 o Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana. Marcado pelo tecnicismo, bebe na fonte da psicanálise, bem como da sociologia de base positivista e funcionalista/sistêmica. Sua ênfase está na idéia de ajustamento e de ajuda psicossocial. Neste período há o início das práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade, além do desenvolvimento das peculiares abordagens individuais e grupais. Com supervalorização da técnica, considerada autônoma e com um fim em si mesma, e com base na defesa da neutralidade científica, a profissão se desenvolve através do “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade”. (TRAJETÓRIA, 2008, s.p)

Notamos nesse momento, conforme afirma Marilda Villela lamamoto (1997, p. 28) uma profissão com claro posicionamento a favor do Estado e da classe dominante, “em outros termos: os efeitos da ação profissional aparecem como uma

negação dos propósitos humanistas que a orientam. Torna-se palpável a defasagem entre propósitos e resultados da ação, entre a teoria e a prática”.

Ao mesmo tempo em que a profissão emerge com o propósito de intervir nas contradições, agravadas pela forma de produção capitalista avassaladora, suas ações não confirmam a razão da sua existência, tendo em vista que se baseia em ações reformistas e reducionistas, produzindo e reproduzindo as relações de exploração, desigualdade social, discriminação, preconceito e intolerância às diferenças.

O Estado assume o papel de provedor e responsável pela promoção do bem-estar social da população (SILVA, 2004). Entretanto, tais ações estatais não se pautaram na noção de direito e cidadania, mas caracterizavam-se como forma de controle das massas populares e como respostas fragmentadas, assistencialistas e focalizadas às expressões da questão social emergente. Dessa forma, a questão do enfrentamento da desigualdade social no Brasil, mesmo ganhando atenção estatal não consistia em ações efetivas e emancipadoras, mas sim alienadoras e reprodutoras das relações capitalistas de trabalho, agravadas pela contradição que lhe é inerente.

Ao mesmo tempo, através de políticas públicas com ações focalizadas e imediatas é possível controlar a revolta dos trabalhadores contra o Estado e burguesia. A questão social se põe como alvo das políticas sociais com o pretexto de ceder à classe trabalhadora em alguns aspectos, para que se volte ao interesse da maximização dos lucros.

2.2 O Serviço Social e o Movimento de Reconceituação

É a partir dos anos 60 que surgem os primeiros sinais de uma “inquietação”, quanto às teorias e à direção social da profissão.

Para que o projeto atual de ruptura com o conservadorismo fosse concretizado, o Serviço Social passou por um longo período de reconstruções e transformações no âmbito da profissão com influências internas e externas.

Conforme Marilda Villela Iamamoto (2004, p. 50):

Esse projeto de profissão e de formação profissional, hoje hegemônico, é historicamente datado. É fruto e expressão de um amplo movimento da

sociedade civil desde a crise da ditadura, afirmou o protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela democratização da sociedade brasileira.

O Serviço Social na década de 60 buscava superar as práticas conservadoras que permearam a profissão até então. Dessa forma, a profissão se aproxima da visão modernizadora ainda que com enfoque em práticas tecnicistas e científicistas.

A América Latina passou por momentos de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais e a profissão encontrava-se insatisfeita nesse contexto. O Serviço Social passou por constantes redefinições e buscou romper com a burguesia e assumir um compromisso social com as classes subalternas. Dessa forma há uma aproximação com a teoria de Marx, revertendo a atuação profissional para uma atitude crítica e interventiva.

Esse processo foi tortuoso, pois houve equívocos e aproximações da teoria não pelos escritos de Marx, mas por outros autores que traziam uma interpretação imprecisa dessa teoria. Entretanto, esse momento foi muito importante para a profissão ao proporcionar uma reflexão, que deu a oportunidade de rever seu papel na sociedade, sua função social e assim se impulsionar a criação de um projeto profissional marcado por reflexos, objetivando rever sua atuação.

[...] A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao serviço social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de visão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este momento de renovação que surge no Serviço Social e na sociedade latino-americana, impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não-homogêneos e sem conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo. (YAZBEK, 2000, p. 24).

É no período de 1961 - 1964 que se inicia no Brasil o desenvolvimento de uma perspectiva crítica do Serviço Social “tradicional”, desenhando as primeiras aproximações com o compromisso do trabalho com as classes subalternas no processo de lutas por mudanças.

A questão social é enfrentada no campo da política social pública como extensão da educação, ampliação da previdência, legislação trabalhista, entre outras. Assim o Serviço Social foi sendo absorvido pelo Estado, com atuação em

amplas políticas públicas, com objetivo da integração social, superando divergências entre os objetivos profissionais e institucionais, na relação teoria e prática.

Nesse mesmo período, segmentos da categoria dos assistentes sociais buscavam na teoria e atuação uma postura profissional do Serviço Social a favor e comprometido com os setores populares.

Esse trabalho é desativado com o golpe militar de 1964, restando, como espaço de atuação profissional dos assistentes sociais, a execução dos programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), tendo como principal função eliminar a resistência cultural às inovações, enquanto obstáculos ao crescimento econômico, bem como integrar as populações aos programas de desenvolvimento. (SILVA E SILVA, 2007, p.30)

Contudo, há que se destacar o surgimento da ditadura, que se opunha a esse contexto, desde o início do governo de Goulart. Dá-se então no Brasil (como ocorreu ou ocorrerá em alguns outros países da América Latina como a Argentina, o Chile e o Uruguai) o Golpe Militar em 1964. Esse golpe é financiado pelos Estados Unidos na intenção de distanciar os países da América Latina do socialismo, e evitar que o “mal” do comunismo ganhasse forças, ocorrendo então um recuo das ações mobilizadoras do Serviço Social frente às classes populares.

No primeiro momento da ditadura militar na América Latina, há uma nova reflexão de alguns profissionais do Serviço Social que buscam renovação das práticas profissionais, por reconhecerem as limitações teóricas, políticas e práticas, contribuindo para a abertura à possibilidade de avanços na profissão.

O novo regime ditatorial tem como base a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento “vinculado a teorias geopolíticas, ao antimarxismo e ao pensamento católico de tendência conservadora”. (SILVA e SILVA, 2007, p. 30)

É importante salientar que durante a ditadura militar, o Estado passa a intervir com maior amplitude em ações voltadas para área sócio-institucional, ações essas de controle da relação de classes capital X trabalho.

Contudo o regime militar, através da repressão e censura, é uma poda às ciências sociais e nesse contexto, ao Serviço Social. A produção crítica estaciona sob o discurso do silêncio e da ordem. Com a ditadura militar o movimento de modernização sofre um recuo.

Um novo momento é iniciado para o Serviço Social no período de 1968–1974, com a instituição do AI-5⁴, motivado pela nova conjuntura estabelecida caracterizada pela repressão à sociedade brasileira em geral e aos setores organizados que eram contrários ao novo regime militar. Nesse contexto instala-se a “cultura do medo” causada pela tortura como método interrogatório e pela imposição do silêncio por meio do controle político.

Nota-se nesse período um aumento excessivo da desigualdade social e da pobreza, devido aos baixos salários e concentração de renda.

Até o final da década de 70 essa conjuntura se manteve. No Serviço Social destaca-se o debate sobre a produção intelectual marcado pelo Congresso da Virada em 1979, ganhando espaço novamente, e a profissão se depara com três vertentes de análise, segundo Yazbek (2000):

- a) Vertente modernizadora que na verdade está voltada para uma modernização conservadora de integração da sociedade, incorpora as abordagens funcionalistas, estruturalistas e posteriormente o positivismo-sistêmico. Tentou-se renovar, mas ainda havia influência conservadora na profissão.
- b) Vertente da fenomenologia que consistia em trabalhar com o indivíduo para que ele pudesse mudar a sua realidade. Embora seja um salto qualitativo na profissão, esta vertente não dá conta de fazer uma leitura da totalidade uma vez que o trabalho se limita muito ao indivíduo. Pautava-se na transformação social do sujeito, como se este tivesse a capacidade para alterar os processos sociais por ele mesmo. São os sujeitos que vão se transformando e não a sociedade.
- c) Vertente marxista que traz à profissão uma capacidade analítico-crítica da realidade e a consciência do seu pertencimento à sociedade de classes. É a compreensão da sociedade de classes com interesses antagônicos e contraditórios inconciliáveis, na qual a

⁴ Os atos institucionais são decretos criados no Regime Militar que estabelecem sanções à população brasileira e dão poder aos militares do governo. O ato institucional número 5 – AI 5, consiste no mais severo dos cinco, resultando no fechamento do Congresso Nacional, no recesso dos mandatos dos senadores, deputados e vereadores, na proibição da realização de reuniões políticas, censura de toda forma de expressão como a música, cinema, teatro. Além disso ocorre o aumento das torturas, ameaças, repressões, assassinatos e exílios, e a pena de morte é instituída. Este foi o ápice da ditadura militar brasileira, e o seu período mais violento e sangrento. (ATO, 2008, s.p.)

profissão irá intervir. Entretanto – equivocadamente - a aproximação da teoria de Marx não se dá pela leitura das obras de Marx.

Maria Ozanira Silva e Silva (2007), explicita que a conjuntura no período da ditadura militar e a tendência assumida pela política social com a abertura do aparato público, colocam a prática do Serviço Social, no Brasil, em uma posição modernizadora, que busca o avanço técnico da profissão com intuito de assumir com eficiência, uma ação profissional de transformação. Esse momento é caracterizado por vários autores como o “momento inicial”, do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil que consta nos documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré.

Nessa perspectiva, a formação profissional do assistente social passa a ser pautada pela busca da eficiência e da modernização da profissão, sendo que o planejamento, a coordenação e a administração passam a desempenhar papel fundamental, aliado ao esforço de capacitação profissional para uma atuação em nível macro e para participação em equipes interprofissionais. (SILVA E SILVA, 2007, p. 34)

Essa posição aflora para a categoria profissional do Serviço Social a partir da década de 1960, e em meados da década de 1970 começa a se aproximar da perspectiva marxista, “inicialmente representada pela vertente do estruturalismo [...] manifestada através da concepção das instituições vistas como aparelhos ideológicos do Estado” (SILVA e SILVA, 2007, p.35). A visão radical da profissão a respeito dos estudos de Marx, levou os profissionais a recusar trabalho nas instituições, uma vez que essas representavam uma ideologia estatal que atendia apenas aos interesses do capital.

Contudo, a concepção marxista, embora apropriada com equívocos, influencia também todas as demais profissões ligadas à área social, além do próprio Serviço Social, sendo de suma importância a contribuição de um grupo de profissionais assistentes sociais, principalmente os que se encontravam inseridos nas universidades, em Minas Gerais, que elaboraram uma proposta crítica do Serviço Social, documento conhecido como Método B.H.

É percebido que, embora esse período tenha sido mais rígido e de maior repressão do regime militar, havia setores da sociedade, como estudantes, profissionais, artistas, mesmo que minoritários, que começavam a atuar na “contra resposta”. Entre eles, o Serviço Social, que percebia que a profissão se posicionava

como um mero instrumento hegemônico a favor do capital, sendo este controlador e excludente. Por isso, essa parcela do Serviço Social se engajou na busca de uma prática que estivesse voltada para o apoio dos segmentos explorados na perspectiva de sua transformação social.

Após maiores estudos e revisões sobre o posicionamento da profissão e o equívoco com a teoria marxista, os profissionais reconheceram as instituições como espaços para a atuação profissional, onde se apresenta a demanda, mas também passaram a compreendê-las como instrumentos de dominação e repressão. Por isso:

alguns setores da categoria profissional colocam a perspectiva de o Serviço Social aprofundar uma prática que se pauta pela busca de apoio aos interesses dos segmentos explorados que constitui a base de sua clientela, recolocando, necessariamente, a perspectiva de transformação social. Esse enfoque é retomado e aprofundado no período de “abertura” da ditadura militar (1974 – 1985). (SILVA E SILVA, p. 36, 2007)

Com a abertura política houve uma diminuição da intensidade da repressão e a criação de uma representação política mais flexível, permitindo que a sociedade tivesse um avanço em sua organização, mas que também o governo militar encontrasse outras formas de ganhar legitimidade.

A sociedade se manifesta por contradições, pois, a assistência é subordinada à reprodução do capital, burocratizando as questões relacionadas às expressões da questão social, ao mesmo tempo em que contribui para o fortalecimento das lutas da classe popular para a conquista da cidadania.

É no período de 1979 – 1985 que se fortificou o debate sobre o caráter político do trabalho do Serviço Social e sobre a desmistificação da neutralidade, tão presente na “prática” profissional, e que se passa a compreender o Serviço Social apoiando as reivindicações da classe trabalhadora e consciente de que a instituição é um espaço contraditório e de luta de classes. É nesse momento também que a ditadura militar entrou em crise e começou a se enfraquecer.

Procura-se desde então, dissociar os objetivos institucionais dos da prática profissional. Nessa perspectiva, segundo Ozanira Silva e Silva, (2007, p. 40) “o Serviço Social questiona a vinculação histórica da profissão com os interesses dos setores dominantes e aponta a necessidade e a busca de novas bases de legitimação”.

Trata-se do projeto profissional que se pretende desenvolver em apoio às demandas dos setores populares organizados, cujos fundamentos se deslocam na sociologia positivista e funcionalista para a matriz marxista. As bases de legitimação da profissão são buscadas junto aos segmentos que constituem a própria clientela do Serviço Social, via implementação de políticas sociais, entendidas enquanto um direito, e o desenvolvimento de assessorias diretas aos movimentos populares (SILVA E SILVA, 2007, p. 68)

A proposta de um novo projeto profissional tem como perspectiva a transformação social e a construção do mesmo se faz através da discussão e revisão crítica em relação ao componente teórico-metodológico do projeto.

2.2.1 A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social após os anos 80

Historicamente falando, a construção do Projeto Profissional do Serviço Social, se inicia no momento de redemocratização do país, pós-ditadura militar. No mesmo momento em que há uma mobilização da sociedade em busca de democracia e igualdade, diversos setores lutam pela defesa de seus interesses. O Serviço Social também se organiza na construção de seu Projeto Profissional, defendendo os interesses das classes populares. É o momento decisivo do rompimento com o conservadorismo na profissão que, até o momento, embora com diversas tentativas de mudança, havia se equivocado. É somente com o início da construção do Projeto Profissional que a hegemonia da profissão finalmente caminha a passos largos na direção oposta ao conservadorismo.

Segundo Ozanira Silva e Silva (2007, p.70), a construção do Projeto Profissional do Serviço Social coloca algumas prioridades como:

- a) correção dos problemas identificados na relação do Serviço Social com o marxismo e diálogo com outras matrizes teóricas, tendo em vista o desenvolvimento de uma compreensão dialética entre objetividade e subjetividade, que permita superar os esquemas generalizantes para a compreensão das estruturas e conjunturas configurativas das realidades sociais e ofereça possibilidades, não só para as análises do coletivo e das classes sociais, mas também para a compreensão dos sujeitos sociais singulares;
- b) ampliação da ênfase que se vem dando à ação do Serviço Social centrado nas políticas sociais, com centralização das análises nas

- relações de poder e destaque para o papel do Estado, e no caráter distributivo das políticas sociais, com a inclusão dos interesses presentes na sociedade civil expressos pela população-sujeito dos serviços;
- c) atualização do conteúdo teórico-metodológico da profissão na conjuntura contemporânea, que coloca um contexto questionador das alternativas de transformação social direcionadas para o socialismo;
 - d) aprofundamento da reflexão teórico-metodológica ante a chamada crise de paradigmas nas Ciências Sociais.

A década de 1980 é marcada por um esforço maior no interior da categoria do Serviço Social, na busca da ruptura com as velhas práticas e da construção de um novo projeto profissional dos assistentes sociais.

Por isso, podemos entender que a construção dessa profissão está atrelada à totalidade da relação capital X trabalho, a qual se reflete em sua prática profissional, que nesse momento, nega a neutralidade contida até então na ação do assistente social. É o momento da redefinição da prática profissional pela própria categoria organizada, a partir das demandas apresentadas pelos movimentos populares sendo essas demandas, expressões da questão social manifestadas na vida de toda a população – classe que vive do trabalho.

Na opinião de Faleiros (1987) apud Silva e Silva (2007, p.79 e 80), o Movimento de Reconceituação é um “processo vivo, portanto, atual, no interior do Serviço Social”, repleto de contradições mas profundamente dinâmico pois se nutre de constantes mudanças na sua perspectiva de amadurecimento diante das concepções neoconservadoras e neoliberais.

Pode-se observar que é um grande desafio para o Serviço Social, articular a profissão e a realidade. Entende-se que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, atua na realidade.

A profissão conta, para o seu desenvolvimento, com a contribuição de alguns pensadores do Serviço Social, como Marilda Lamamoto que, através de produções teóricas se aproximam verdadeiramente da teoria de Marx, que apreendem o ser social a partir de mediações, isto é, que buscam compreender o

fenômeno na sua particularidade, além do que é aparente, para assim poder intervir de forma crítica e transformadora.

A teoria social crítica busca a emancipação e tem compromisso social com a classe subalterna. Está pautada na emancipação e libertação das ideologias da classe dominante, adquirindo uma visão crítica da realidade social.

Esta teoria se pauta na procura de novos conhecimentos e de aproximações sucessivas do real e somente dessa forma é que a intervenção será transformadora. Não se trata de um conhecimento manipulador, mas emancipador.

[...] Por isso, nesta matriz o ponto de partida é aceitar fatos ou dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico. Trata-se, portanto de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista. (YAZBEK, 2000, p. 26).

É o referencial de Marx aliado à teoria crítica que irá situar a profissão hegemonicamente. Essa direção imprimida à profissão a impulsiona no processo de criação das Diretrizes Curriculares, da Lei que Regulamenta a Profissão, do Código de Ética da profissão e na maior participação e protagonismo dos profissionais em congressos, eventos e discussões sobre a sociedade e a prática profissional.

Todo esse processo de mudança da profissão não é uma iniciativa apenas interna. A sociedade, nesse período, passa por momentos de mudanças de paradigmas. Contudo, o profissional é capaz de compreender que se trata de um processo repleto de contradições e interesses antagônicos e no qual a profissão está inserida. E que é preciso compreendê-los para que se tenha uma ação interventiva crítica.

Ainda hoje a profissão se encontra numa constante tentativa de ruptura com o conservadorismo através de um

posicionamento crítico – que passa a ser assumido nos últimos anos por uma parcela minoritária, embora crescente, de assistentes sociais – que emerge não apenas de iniciativas individuais, mas como respostas às exigências apresentadas pelo movimento histórico.” (IAMAMOTO, 1997, p. 37).

A construção do Projeto Profissional vem contribuir para a ruptura com o conservadorismo e dar novas características quanto à direção social da profissão.

É importante destacar que os projetos profissionais geralmente se vinculam a um projeto societário. José Paulo Netto (1999, p. 94) afirma que “os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem projetos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade [...]”. Em sociedades como a nossa os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que reflitam fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnica, entre outras).

O Serviço Social constrói seu projeto profissional pautado em valores e referenciais do projeto de construção da classe trabalhadora. Entretanto, os projetos das classes menos favorecidas ao se confrontarem com os projetos societários da classe dominante sempre se encontram em desvantagem. De uma maneira geral, de acordo com Netto (1999), os projetos profissionais têm como pretensão a construção da auto-imagem da profissão e

- a) estabelecem valores que lhe dão uma direção e legitimidade social;
- b) determinam os objetivos e funções da ação profissional, estabelecendo o que é ou não prioridade;
- c) constroem e estabelecem os requisitos teóricos, institucionais e práticos que referenciam a ação profissional;
- d) estabelecem normas que regulam o comportamento dos profissionais;
- e) estabelecem momentos de relação com os usuários, com outras profissões e com as instituições na qual irão atuar;
- f) define normas e práticas e
- g) discutem conhecimentos teóricos e saberes interventivos.

É importante, entretanto, compreender que o projeto de uma profissão é dinâmico e passível de mudanças desde que haja interesse de grupos hegemônicos da profissão. Os sujeitos coletivos que fazem parte da construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social - PEPSS são diferentes em valores, opiniões, comportamentos, e por tal motivo é muito importante que o pluralismo seja respeitado.

No caso do Serviço Social, o projeto profissional foi construído através de organizações de apoio, como o CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, e sindicatos dentre outras associações do Serviço Social. Essa base organizada da

categoria possibilitou a efetivação do projeto da profissão que reafirma a sua ação voltada para a classe trabalhadora, inserida nesse movimento contraditório de classes, com uma postura mais ativa e crítica estabelecendo vínculo com os movimentos sociais rumo à transformação da sociedade.

A força dos movimentos sociais e políticos que permeiam a sociedade, o desenvolvimento e avanço da profissão nos cursos de pós-graduação se tornam fatores fundamentais na elaboração do projeto profissional. Resulta desse momento um acúmulo e produção de conhecimento, por meio da pesquisa e investigação, possibilitando o desenvolvimento de profissionais com uma visão cada vez mais crítica, refletindo na sua intervenção profissional. A aproximação com a teoria marxista também é possibilitada quando desse aumento de produção de conhecimento na profissão, sendo grande a sua influência na ruptura do conservadorismo e na instituição de uma prática técnica, teórica e política.

A construção do Projeto Profissional consiste num processo complexo. Houve muitos “choques” de idéias e de direções e nem todo o corpo profissional seguia a mesma direção teórica e política. Houve confrontos em diferentes momentos, tanto do ponto de vista dos fundamentos teóricos e metodológicos, como do ponto de vista da intervenção social. Os anos seguintes à década de 1980 se caracterizaram por levantar, na profissão, um debate sobre a formação acadêmica do Serviço Social e sobre um novo perfil profissional.

Com o fim da Ditadura Militar, o Brasil, vivia um momento de profundas exigências políticas, com uma forte mobilização social de diferentes segmentos da sociedade. Resulta desse cenário, o reconhecimento dos direitos sociais, previstos e garantidos na Constituição de 1988, conquistada três anos após o fim da Ditadura. Essa Constituição veio para dar maior efetividade aos direitos fundamentais e nela há dispositivos legais que bloqueiam qualquer tipo de “golpe” por militares.

Em meio a esse processo, em 1986, deve ser considerado segundo Marcelo Moraes Reis (2008, p. 4) que :

[...] o avanço do projeto nos anos 80 deveu-se à construção de elementos que o matizaram entre nós, dentre eles, o código de ética de 1986. Nele tivemos o coroamento da virada histórica promovida pelas vanguardas profissionais. Tratou-se da primeira tentativa de tradução não só legítima como legal (através do órgão de fiscalização profissional, o CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais, hoje CEFESS) da inversão ético-política do Serviço Social brasileiro, amarrando seus compromissos aos das classes trabalhadoras. É bem verdade que soava mais como uma carta de princípios e de compromissos ideo-políticos do que um código de ética que, por si só, exige certo teor prático-normativo.

O Código de Ética de 1986 apresentava ainda vestígios conservadores. Contudo, deixava bem explícito o “lado” que estávamos, ou seja, o compromisso com a classe trabalhadora, negando também a “ética da neutralidade” e afirmando um novo perfil profissional, não mais como mero executor de determinações, mas como um novo profissional com competência teórica, técnica e posicionamento político.

É a partir dos anos 1990 que o projeto profissional ganha hegemonia na profissão não sendo, entretanto, definitivo, sujeito que é à mudanças e complementações. As tendências conservadoras ainda existem na profissão, mas o projeto profissional contribui com um novo redimensionamento em busca de uma profissão mais crítica e interventiva. Sua hegemonia se firmou uma vez que o projeto está sendo discutido em amplos espaços propostos na profissão e por se vincular a um projeto societário.

Ao nos referirmos ao Projeto Profissional do Serviço Social compreendemos que este não se apresenta em um documento único, mas está materializado na Lei que Regulamenta a Profissão, nas Diretrizes Curriculares e no Código de Ética.

Hoje a profissão se encontra legalmente regulamentada pela Lei n.º 8.662 de Julho de 1993, pela qual o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais são legitimados. Encontram-se no corpo dessa lei, artigos que definem respectivamente, competências e atribuições privativas dos assistentes sociais.

As diretrizes curriculares do Serviço Social têm como função orientar a formação profissional no curso de Serviço Social. Foi em 1982 que a reforma curricular da graduação redimensionou a formação profissional voltando-a para o enfrentamento da questão social e suas expressões e para a busca de uma sociedade mais democrática.

Essas diretrizes têm uma lógica curricular onde “a formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional”. (DIRETRIZES, 2007, p. 74)

O Código de Ética também passou por mudanças no decorrer da evolução da profissão e o Código de 1986 foi revisado no ano de 1993 explicitando

a maturidade profissional da categoria e expressando o compromisso com a classe subalterna.

Nessa direção, ressalta Carlos Simões (2008, p. 517) que:

O Código atribuiu maior amplitude política à atuação profissional, segundo seus considerandos, por meio da criação de novos valores éticos fundamentados na definição mais abrangente de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.

Segundo José Paulo Netto (1999, p. 104) “[...] o novo texto incorporou tanto o acúmulo teórico realizado nos últimos vinte anos pela categoria, quanto os novos elementos trazidos ao debate ético pela urgência da própria revisão”.

Portanto, o novo Código de Ética é um aparato legal da profissão que, no início dos anos 1990, a faz reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

Esse novo projeto de ruptura propõe a construção de uma nova ordem social, onde não haja dominação nem exploração de classes, etnias e gêneros. Afirma a defesa intransigente dos direitos sociais. Também se recusa a qualquer tipo ou forma de preconceito e discriminação, considerando assim de forma positiva o pluralismo, tanto no exercício profissional como na sociedade.

José Paulo Netto (1999, p. 105) aponta que:

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são postas explicitamente como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Em decorrência, o projeto se declama radicalmente democrático – vista a democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

Podemos afirmar que esse novo projeto de ruptura agregou ao compromisso do profissional, princípios democráticos atrelados aos valores constitucionais que fundamentam os direitos humanos e sociais.

Trata-se de reconhecer que tudo que se tem hoje como projeto de profissão está diretamente ligado à realidade social historicamente determinada.

O projeto profissional do Serviço Social tem em seu núcleo 11 princípios fundamentais que norteiam a profissão, entre os quais destacamos, a dimensão ética que reconhece a liberdade como valor ético central. Liberdade que

possibilita escolher a melhor alternativa para si, em meio a tantas possibilidades. Dessa forma a liberdade se acha vinculada à autonomia, à emancipação e ao crescimento dos indivíduos. É por isso que não podemos compreender o projeto profissional afastado de um projeto societário, uma vez que ele se pauta em princípios que não dizem respeito somente à profissão ou somente a seus usuários, mas à uma coletividade. Temos claro que o projeto se consolidará à medida em que haja um trabalho conjunto entre profissões que partilhem dos mesmos valores, instituições do poder público ou não, e população.

O projeto abraça uma defesa intransigente dos direitos humanos e para tanto que se opõe a toda e qualquer situação que viole esses direitos, tais como arbítrio, preconceito, autoritarismo e desrespeito ao pluralismo.

A dimensão política do projeto profissional o direciona em favor da equidade e da justiça social e na direção da universalidade de acesso aos bens e serviços, isto é, de acesso às políticas sociais. Dessa forma, há uma luta pela efetivação dos direitos, além da ampliação da cidadania, democracia e participação social.

A dimensão profissional estabelece um forte compromisso com o aprimoramento intelectual constante, com uma formação de qualidade e com a classe trabalhadora. Além disso, estabelece também, compromisso com a participação dos usuários nas decisões e com a qualidade dos serviços prestados.

Enfim, o PEPSS vem orientar as ações dos profissionais para a oferta de serviços de qualidade e de compromisso com a classe subalterna, apontando para a superação das conseqüências geradas pelas transformações da sociedade capitalista, tais como o neoliberalismo.

2.3 O Serviço Social Hoje

Como mencionado, a profissão é marcada por um momento de maturação e, começa a se envolver com as conquistas da sociedade de cujo envolvimento são exemplos, a LOAS, o ECA, o SUS. Entretanto, sua participação na construção de direitos sociais tem maior expressão na efetivação da Assistência enquanto Política.

Há uma maior participação na execução das políticas sociais o que expande o campo de trabalho para a profissão. A produção de conhecimento do Serviço Social também deu um salto qualitativo com os cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. Esses avanços possibilitaram o aumento da pesquisa pelos profissionais, contribuindo para a construção de respostas e alternativas à questão social.

Podemos notar que a profissão passou por um longo caminho de construção da sua identidade e função social. Nos dias de hoje percebemos que a teoria social crítica, fundamentada por Marx, se fortalece no pensamento hegemônico da profissão, mas o seu dinamismo nos mostra que, a partir dos anos 1990, algumas mudanças na sociedade começaram a acontecer, e é desse assunto que trataremos a seguir.

A partir dos anos 1990 o sistema de proteção social do Estado é atingido pelo avanço do neoliberalismo que redimensiona o enfoque do Estatal em seu olhar sobre a questão social.

O Estado deixa de ser provedor e cede espaço para as empresas privadas e para o terceiro setor no enfrentamento da questão social. É o foco na filantropia e na responsabilidade social. As ações relativas à pobreza e à exclusão tornam-se focalizadas e seletivas, perdendo o caráter de direito e de universalidade do atendimento à população.

Inserido neste processo contraditório, o Serviço Social da década de 90 se vê confrontado com este conjunto de transformações societárias, no qual é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da *questão social*, que expressam a precarização do trabalho e a penalização dos trabalhadores na sociedade capitalista atual. (YAZBEK, 2000, p. 29)

O contexto é o de um momento em que o Estado e a sociedade estão reestruturando suas funções, e, como influência do neoliberalismo, dando lugar e importância para os novos padrões da tecnologia.

Para os trabalhadores, a reestruturação produtiva trouxe ao mundo do trabalho, a terceirização ou o subcontrato e o trabalho precário que levam à perda dos direitos trabalhistas, ao desemprego, à precariedade dos salários, ao aumento do trabalho feminino e da exploração do trabalho infantil e à exclusão do mercado de trabalho formal.

Esse quadro influencia o Serviço Social, aumenta a demanda e exige do profissional, práticas burocratizadas que selecionem apenas uma parcela da população demandatária para receber os serviços.

O Estado torna-se mínimo em suas ações sociais com a diminuição dos programas e recursos, e fecha instituições consideradas referências para a população, como a LBA.

Registra-se, também que os movimentos sociais populares - entre os quais o movimento sindical -, grandes estimuladores para o repensar permanente do Serviço Social, parecem vivenciar momentos de refluxo no contexto da década de 90, de crise econômica, de crise do Welfare State e de crise de utopias em face da crise do socialismo real. Inevitavelmente, isso tem repercussões no dinamismo da profissão, impondo a necessidade de atualização teórico-metodológica para compreensão e intervenção na realidade, o que requer ações descentralizadas e em parceria. (SILVA E SILVA, 2007, p. 63-64)

Verifica-se que o assistente social, nesse período, atuou principalmente como prestador de serviços, educador e organizador na execução das tarefas das políticas sociais. As respostas profissionais são orientadas de acordo com as transformações históricas, com a divisão sócio-técnica do trabalho e com a capacidade do próprio profissional.

O contexto atual se coloca como um desafio à profissão uma vez que, dentro dos moldes capitalistas contemporâneos, é necessário criar estratégias de ação que superem o não cumprimento dos direitos humanos.

A pós-modernidade também se coloca como uma questão que procura superar a visão crítica da profissão. Essa teoria questiona a razão e a teoria de Marx, alegando que esta trabalha sob a perspectiva da macroabordagem, não possibilitando a construção de alternativas no cotidiano de intervenção. Há uma valorização do individualismo e do misticismo.

Especificamente no Serviço Social, estas questões também surgem, apesar da vitalidade do marxismo como paradigma de análise e compreensão da realidade e apesar da manutenção da hegemonia do projeto profissional caracterizado pela ruptura com o conservadorismo, que caracterizou a trajetória do Serviço Social no país. (YAZBEK, 2000, p. 32).

Tanto o neoliberalismo como a teoria pós-moderna influenciam a profissão e ameaçam seu projeto profissional hegemônico. Torna-se então um desafio para a profissão a consolidação do projeto profissional em meio aos demais desafios que a permeiam. É importante destacar, que a construção do projeto da

profissão tem base em um projeto societário que não se limita somente à vertente marxista, mas às conquistas profissionais e sociais. Não devemos nos restringir à teoria de Marx, mas manter o diálogo com outras teorias do pensamento social, respeitando o pluralismo existente. As respostas profissionais não têm que ser homogêneas, mas críticas, criativas e competentes, amparadas pelo projeto profissional.

Nessa conjuntura novos campos de trabalho surgem para o Serviço Social tendo como mandatários o Estado, os setores empresariais e a sociedade civil organizada.

O Serviço Social atual exige um perfil profissional comprometido, porque:

[...] a luta pela efetivação da democracia e da cidadania é indissociável da ampliação progressiva da esfera pública, em que se refratam interesses sociais distintos, enquanto ultrapassa a lógica privatista no trato do social, em favor dos interesses da coletividade. (IAMAMOTO, 2004, p 142)

Quando se trabalha no sentido de atender aos interesses da coletividade, estes ganham visibilidade na cena pública e tornam-se passíveis de serem negociados e considerados como políticas públicas. Sabe-se que não é um trabalho fácil porque “a consolidação do projeto ético político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade” (IAMAMOTO, 2004. p. 141).

O caminho se encontra em construir um perfil profissional comprometido e atualizado, pautado na competência teórico-metodológica, na busca constante de aprimoramento intelectual vinculado à uma visão crítica da sociedade além do compromisso profissional; na competência ético-política, pautada em valores de equidade, liberdade, autonomia, emancipação e um posicionamento em favor das classes menos favorecidas, uma vez que a profissão está inscrita nas relações de poder da sociedade. O assistente social deve trabalhar pela construção de uma cultura política democrática e participativa, superando a ideologia do favor e denunciando abusos, desigualdades e desrespeito aos direitos humanos.

Também devemos atentar à competência técnico-operativa que permitirá uma ação preocupada com a transformação social. Dessa forma

[...] orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade. (IAMAMOTO, 2004. p. 144).

Esse processo permite também alargar os espaços públicos como campo de trabalho dos assistentes sociais, contribuindo também para o maior controle, por parte da população, das decisões que estão relacionadas à sua vida. Isso também é caracterizado pela socialização do conhecimento, do que é direito, do acesso às regras da negociação e de como chegar até elas.

O trabalho do assistente social contribui para a superação das marcas históricas do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro, que imprimiu na consciência da população a idéia de que a assistência social, a saúde, a educação, entre outras, nada mais são do que um “favor”, usadas que são pelo Estado, como um espaço de “concessão” de benesses às classes subalternas. Compete a esses profissionais contribuir para a orientação, defesa e sustentação, dos Direitos Sociais, pois a realidade social com que lidam, segundo Marilda Villela Iamamoto (2004, p 143-144) concretiza

[...] uma sociedade hierarquizada que repõe no dia-a-dia de forma ampliada e privilegiada, violências e discriminação de renda, poder de raça, de gênero, entre outras, ampliando o fosso das desigualdades no marco diversificado das manifestações da questão social.

É nessa realidade social que estão as possibilidades, em meio à esperança de ampliar os direitos, universalizá-los de forma democrática, compreender a realidade, para poder intervir de forma crítica, num processo de mediação do real. Nessas condições, o próprio cidadão se torna o “instrumento” de maior poder para tal.

É importante compreender que não é o Serviço Social que se constitui para criar um espaço no mercado de trabalho, mas ao contrário, é a existência desses espaços que demandam o surgimento da profissão. Dessa forma, o espaço de trabalho do assistente social são as Políticas Públicas que emergem nesse

contexto de enfrentamento da questão social, expandindo o campo de trabalho da profissão que torna-se cada vez mais necessária.

Abordaremos a seguir, a Política de Assistência Social, em especial, como um dos campos de intervenção do Serviço Social.

3 DO ASSISTENCIALISMO À ATUAL CONFIGURAÇÃO DO SUAS/CRAS: A NOVA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de Assistência Social na sociedade brasileira é fruto de um processo de construção, pautado em lutas e realizações. A Constituição Federal de 1988 é um marco histórico, na qual se inclui a Assistência Social no campo da Seguridade Social na perspectiva da garantia e efetivação dos direitos necessários à vida humana. A confirmação desse marco se deu através da criação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, que traz em seu conteúdo o Sistema Único da Assistência Social como requisito essencial.

A realização da 4ª Conferência Nacional de Assistência Social – CNAS em 2003, de caráter deliberativo, impulsionou a aprovação da Política de Assistência Social e aponta os princípios, objetivos e diretrizes da mesma, materializados pelo Sistema Único da Assistência Social.

Esse novo contexto em que se evidencia a Política Nacional de Assistência Social – PNAS – dá a ela o caráter de direito. Dessa maneira, “a Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia, a provisão dessa proteção”. (BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004, p. 7).

É importante salientar, entretanto, que essa atual configuração nem sempre se apresentou dessa forma, pois a Assistência Social desde o seu surgimento até os parâmetros atuais se caracterizou por práticas assistencialistas, tecnicistas e filantrópicas, desenvolvendo ações ligadas à tutela e à benesse. Será nessa direção que daremos início à esta pesquisa.

Temos como objeto deste capítulo o estudo da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada em 2004, que direciona a construção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, estratégia de construção e gestão do Sistema de Proteção Social, enfatizando os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS.

3.1 O Surgimento da Assistência Social como Prática Assistencialista

A história de formação e desenvolvimento do Brasil está ligada à desigualdade e à injustiça social. Desde a época colonial, vem-se configurando as distintas classes sociais: por um lado há o aumento de sujeitos que vivem em extrema pobreza e miséria e por outro há o crescimento da riqueza para uma minoria elitista. Nessa perspectiva nota-se que a riqueza produzida não é socialmente distribuída, o que nos ajuda a compreender a complexidade das relações existentes na nossa sociedade brasileira.

Com o olhar voltado para essas pessoas que viviam no limite sua sobrevivência, foi que se deu o início de práticas de caridade, filantropia, solidariedade, esmola, “amor ao próximo”, caracterizados como assistencialismo. Essas práticas estavam ligadas ao enquadramento desses sujeitos na doutrina e moral católicas.

Com isto a benemerência como um ato de solidariedade foi se constituindo em prática de dominação, assim, o direito à assistência foi historicamente substituído pelo apelo à benevolência e à caridade das almas piedosas dos cidadãos que praticavam esta ajuda “. (JESUS et al. p.10, 2004)

A questão social e suas expressões, antes da década de 30, eram caracterizadas como caso de “polícia”. Não havia ações de cunho estatal voltadas à saúde, habitação, alimentação, entre outras. Qualquer ato de insatisfação era considerado como rebeldia, uma afronta à “harmonia” da sociedade.

A partir dos anos 1930, com o processo de urbanização e industrialização, cresce o trabalho assalariado, e conseqüentemente cresce a população nas cidades, trazendo consigo o agravamento de epidemias, desemprego e aparecimento de cortiços sem saneamento básico.

Maria Carmelita Yazbek (2003, p.63) destaca que:

A pobreza é uma face do descarte de mão-de-obra barata, que faz parte da expansão do capitalismo brasileiro contemporâneo. Expansão que cria uma população sobrando, cria o necessitado, o desamparado e tensão permanente da instabilidade na luta pela vida a cada dia.

Esse novo contexto de intensificação da exploração da classe trabalhadora resultou em condições deploráveis de vida. É visível, no cotidiano da

população, as marcas do desemprego e da falta de acesso à saúde, à educação e ao trabalho digno, que lhe permita a sobrevivência e a tolerância de tal condição de vida. A pobreza agrava-se sempre mais, exigindo maior atenção do Estado no que diz respeito à sobrevivência da população.

Sob o teto da fábrica, os trabalhadores começaram a se reconhecer em suas identidades pessoais e a questionar suas condições de vida e trabalho. Deu-se início, então, à intensas mobilizações e reivindicações da classe trabalhadora, com os primeiros indícios de protagonismo classista, em processo de desalienação.

É neste processo de mobilização que compreendemos a gênese da questão social no Brasil.

Com o intuito de amenizar a latência das manifestações trabalhistas e amortecer as tensões sociais, mantendo a ordem vigente que se constitui na relação capital x trabalho, o Estado cria instituições para efetivação de políticas sociais públicas. Segundo Aldaíza Sposati (2003 p.33) “A política social tem sua gênese na relação capital - trabalho, mas não chega a ser só controle ou só salário indireto. Nessas explicações, ela assume o caráter de mecanismo regulador das relações sociais”.

Ainda que tenha havido a criação de políticas públicas, o caráter de direito não está presente nas ações estatais da assistência social, sendo o usuário visto como “cliente” e as ações oferecidas como “concessões” de um Estado Meritocrático⁵. Não existe ainda a identidade de sujeito portador de direitos, mas sim de um sujeito, que se submete à tutela do Estado. Era público alvo desses serviços quem dele necessitasse e merecesse.

A assistência social nesse período é seletiva, focalizada, e fragmentada, não atendendo o sujeito na sua integralidade, não dando respostas às reais necessidades, mas pautando-se basicamente no emergencial. Essa característica clientelista da assistência traz à população o perfil de subalternidade, fazendo com que não se reconheçam como protagonistas capazes de participar e controlar as ações públicas, mas como meros receptores de decisões hierárquicas que lhes são “apresentadas” como respostas às demandas sociais.

⁵ Entende-se por meritocracia, a forma de governo baseada no merecimento para o acesso as ofertas de serviço público. Neste período, para ser enquadrado no perfil do usuário dos serviços sociais era necessário ter características como : ser extremamente pobre e não ter capacidade de contestação e revolta contra o governo.

O assistencialismo no Brasil tem um “ranço” que se pauta “muitas vezes na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo, assistencialismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país, sobretudo no trato com as classes subalternas criando relação de dependência”. (YAZBEK, 1993, p.50).

O “primeiro-damismo”, também é considerado como prática presente na assistência social e tem forte presença na Legião Brasileira de Assistência – LBA – sendo esta a primeira grande instituição de Assistência Social criada em 1942. Por trás do trabalho desenvolvido pelas primeiras damas, está a figura do prefeito, que procura utilizar o espaço público, para fins privados, ou seja, o uso do coronelismo, existente no Brasil desde o período do governo oligárquico.

A ação assistencialista das primeiras damas não se limitou a esse período, reproduzindo-se inclusive nos dias atuais. Essa questão ainda se mostra um desafio para superação do assistencialismo e da cultura política engendrada na sociedade. Essa visão tornou-se um obstáculo para a implantação da Política Social de Assistência.

Observamos que a forma como o Estado brasileiro sempre fez a gestão das políticas públicas, cria na sociedade uma “[...] cultura política que nega a identidade social dos subalternos e seu pertencimento a uma classe; tratamos de uma forma de ocultar o conflito e a resistência e de legitimar a dominação”. (YAZBEK, 2003, p. 41).

Essa cultura, presente ainda nos dias atuais, caracteriza-se como uma pobreza política, onde a população encontra-se em uma situação de subalternidade e aceitação de um Estado prepotente e avassalador, que não possibilita e orienta o cidadão à luta e conquistas por seus direitos, uma vez que as ações sempre foram vistas como concessões e benemerência. Há necessidade de se romper, hoje, com essa pobreza política de subalternidade que também consiste em um entrave no avanço à conquista dos direitos sociais. Um dos mecanismos de rompimento com essa realidade é a participação popular, que permitirá aos sujeitos uma nova visão de seus direitos através de seu protagonismo.

Pedro Demo (1996, p. 27), explica que:

O contrário de pobreza política é, assim, cidadania organizada. Sem ela, o cidadão, figura central da vida democrática, passa a ser vítima sem direitos. Surge a prepotência, ou o abuso de poder, que se torna normal no Estado de impunidade.

Esse contexto assistencialista acrescido à fragilidade de uma cultura política de subalternidade perdura no decorrer da história e ganha uma nova perspectiva em meados da década de 1960.

Em 1964, ocorre o Golpe Militar no Brasil, que se caracteriza pelo rompimento do governo democrático⁶, e sua substituição por um governo autoritário, que manteve os militares no poder por 21 anos.

Com a instauração da ditadura militar, houve um aumento significativo das políticas sociais, porém como forma de controle e repressão. O governo, para manter-se legítimo perante a sociedade, precisou criar propostas de enfrentamento à pobreza sim, mas que não estavam vinculadas à noção do direito. As práticas assistencialistas continuam, e ainda trazem consigo o agravante da opressão, repressão e violência do Estado autoritário com o intuito de desmobilizar a ação popular.

Ao contrário do que se pensa esse maior investimento do governo no atendimento das expressões da questão social, com o discurso da diminuição da desigualdade social, não melhorou as condições de vida e de trabalho das classes subalternas. O que ocorreu foi um crescimento econômico, porém, sem distribuição de renda e com um notável empobrecimento dos setores populares e aumento da dívida externa.

Cria-se nesse período de ditadura militar, um Estado Meritocrático, que responde às desigualdades sociais através de políticas sociais focalizadas da assistência social, esta ainda mais conservadora, assumindo práticas assistencialistas no combate à existência de focos de pobreza absoluta.

A Assistência Social segue então sua trajetória de política governamental de forma ambígua e nebulosa. Deixa de ser simplesmente “filantropia”, fazendo parte cada vez mais da relação social de produção e a modificando, como tem sido demonstrado historicamente. (MESTRINER, 1992, p.73)

Esta situação se agrava com o aumento da inflação e a dificuldade em conter a insatisfação daqueles que se encontram em condições de vida precárias e vivenciam um aumento excessivo das desigualdades sociais.

Segundo Aldaíza Sposati (2003, p. 7)

⁶ No Governo João Goulart (1961-1964) houve a implantação das Reformas de Base e o fortalecimento dos Movimentos Sociais.

A crise econômica internacional da última década evidenciou o declínio do chamado “milagre econômico” brasileiro e fez com que a década de 80 fosse iniciada com uma aguda crise econômica, política e social que pressionou a abertura política do sistema militar, autocrático e repressivo que ocupou o poder nacional até 1984.

O sistema repressor do Estado aos poucos vai perdendo a sua legitimidade perante a sociedade e sofrendo questionamentos e contestações.

A década de 1980 é um período importante da história da sociedade brasileira uma vez que é marcada como um momento de mobilização e de participação popular organizada em movimentos sociais, partidos políticos e demais organizações, e que buscava uma sociedade mais democrática pautada no direito e na justiça. Ocorreu, nesse momento, o “processo de redemocratização do país”.

Há a insatisfação da sociedade com o regime vigente e

[...] as greves dos trabalhadores e a multiplicação de movimentos sociais passaram a configurar uma nova dimensão política ao tratamento, pelo Estado e pelo capital dos interesses da força de trabalho. Instalou-se na sociedade brasileira uma conjuntura de luta, marcada por nova e ampla politização do povo, que passou a impelir o Estado a um outro discurso e prática no enfrentamento da questão social [...]. (SPOSATI, 2003, p. 20).

Por fim, podemos observar que no decorrer da história da sociedade brasileira, o enfrentamento da desigualdade e da injustiça social não ganharam muito respaldo do poder público, e quando há a oferta de ações por parte do mesmo, essas ocorrem de maneira fragmentada e desvinculada das reais necessidades dos cidadãos. O atendimento das classes subalternas, principalmente na assistência social, tem o caráter do assistencialismo e não de cumprimento de direitos. Esse quadro começa a mudar a partir da década de 1980, não por iniciativa estatal, mas pelo movimento de insatisfação e participação da sociedade, que exige seus direitos de cidadania e um Estado mais regulador das relações de explorador e explorado causado pelo embate entre capital x trabalho.

3.2 A Assistência Social enquanto Política da Seguridade Social: um Novo Modelo de Gestão

Como observamos, a assistência social passou por muitas transformações no que tange suas características conservadoras com práticas voltadas à respostas focalizadas em situações de extrema pobreza.

Uma nova configuração começa a ser dada à assistência social a partir de um importante processo de mobilização da classe trabalhadora que direciona suas ações na exigência da criação e garantia de novos direitos de cidadania.

Esse período de protagonismo social resultou em discussões em torno da elaboração de uma nova Constituição Federal Brasileira, em 1988, surgindo a necessidade de implantar um Instituto de Seguro Social com o objetivo de promover a “proteção social” dos indivíduos e de suas famílias. Constituída por um conjunto dos poderes públicos e da sociedade a Seguridade Social formada pelo tripé da Saúde, Previdência e Assistência Social tem como finalidade assegurar o atendimento das necessidades básicas do cidadão visando à efetivação dos direitos sociais.

O capítulo da Seguridade Social foi incluído no texto constitucional representados pelos artigos 194 a 204, propondo a ampliação e democratização ao acesso às políticas que a constituíam, tendo como premissa a universalidade.

Esta nova Constituição apresenta-nos um Estado provedor, pautado na efetivação dos direitos, na democracia e em ações que garantam a Proteção Social.

O novo Texto Constitucional passa a ter então um caráter nitidamente social, constituindo-se no ponto de partida para repensar o papel do Estado na redução das desigualdades sociais, na busca de um novo padrão de relações Estado x Sociedade Civil, que permita o equilíbrio desejado entre as exigências do capital e as necessidades sociais, entre a Democracia Política e a Sociedade de Mercado. (MESTRINER, 1992, p. 15).

É através da Seguridade Social que o Estado se propõe, em parceria com a sociedade civil, a garantir às famílias dos trabalhadores, as condições necessárias à sua sobrevivência e segurança, intervindo em suas demandas decorrentes da questão social. Ela configura-se, então, como dever do Estado e direito de todos os cidadãos, sendo que, “à Seguridade cumpre operar então em favor de todo o conjunto da sociedade e com o máximo de cobertura. É a igual proteção a todos” (MESTRINER, 1992, p. 111).

A Assistência Social integra a composição da Seguridade Social, estando inclusa nos artigos 203 a 204 da Constituição Federal de 1988, e está regulamentada pela Lei Nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A Carta Magna traz em seu corpo a institucionalização da Assistência Social, isto é, a inclusão da Assistência no campo das políticas públicas, com enfoque na perspectiva do direito e não mais da benesse. Dessa forma, a

Assistência constitui-se num direito universal para quem dela necessitar. Além de ser efetivamente considerada uma política pública de responsabilidade estatal, a assistência social ainda é considerada política essencial para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social.

A Assistência Social se tornou uma política pública não-contributiva que tem como objetivo atender pessoas e suas famílias que não possuam condições de prover o próprio sustento por um determinado tempo. Podemos compreendê-la como um conjunto de programas estatais desenvolvidos por meio de atividades com o propósito de atender pessoas em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.

Contudo, segundo Maria Luiza Mestriner (1992), mesmo com a reforma política, não ocorreu mudança significativa para transformar o pobre pedinte em cidadão usuário, através da garantia de seus direitos básicos, pois essa reforma foi apenas uma reorganização administrativa isolada e parcial das políticas sociais em cada uma das instituições do aparato estatal que não superaram a cultura institucional consolidada nas últimas décadas, caracterizando-se por um atendimento conservador e tradicional à população.

Embora a legislação por si só, não dê conta de superar formas conservadoras de enfrentamento das expressões da questão social, surgem novas propostas à gestão das Políticas Sociais, entre elas a da Assistência Social tais como, participação e controle popular, descentralização político-administrativa, co-gestão e co-responsabilidade entre Estado e Sociedade Civil, entre outros, com o objetivo de romper efetivamente com os resquícios de uma cultura assistencialista enraizada na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva:

a gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado assuma a primazia da responsabilidade em cada esfera de governo na condução da política. Por outro lado, a sociedade civil participa como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. Possui, ainda o papel de exercer o controle social sobre a mesma. (BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004, p. 31).

Dessa forma, as entidades filantrópicas e privadas, aparecem na política de assistência como complementares aos serviços sócio-assistenciais e como co-gestoras, mas, a primazia de atendimento pertence ao Estado.

Nesse mesmo período de discussão sobre a redemocratização no Brasil, uma forte tendência neoliberal manifesta-se na maioria dos países europeus.

As atividades econômicas se qualificam por uma acumulação flexível, o que conhecemos também por toyotismo⁷, uma estratégia do capital para superar a sua crise.

Como notamos, a produção capitalista se encontra em tensão. Além dessas transformações no plano econômico, social e político, o Estado também sofre metamorfoses. Encontra-se nesta situação, por não se manter provedor das relações sociais. Necessita reduzir seus gastos e manter sua legitimidade através de uma reforma estatal. A evidência do neoliberalismo – em detrimento do Estado de Bem-Estar Social presente na Europa, pressupõe a Reforma do Estado que reduz suas ações, principalmente no campo do social, repassando-as à iniciativa privada e organizações não governamentais - ONG's. Há um enxugamento dos gastos governamentais em relação aos financiamentos dos serviços públicos. É o Estado que começa a sair de cena para dar lugar à livre concorrência.

A referida “crise do Estado”, segundo a interpretação governamental, expressa-se na deterioração dos serviços públicos, aumento do desemprego, no agravamento da crise fiscal e alta inflação. (IAMAMOTO, 2004, p.120)

A ideologia adotada pelo neoliberalismo prega que somente a economia de mercado será capaz de transformar a sociedade, assegurando a justiça e igualdade social através da geração de riquezas. Mas o que percebemos é que essa onda neoliberal tem contribuído para o crescimento da desigualdade social no país, da pobreza e da exclusão da população ao acesso às políticas públicas, tornando-se uma barreira para a efetivação dos direitos sociais.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades

⁷ Este modo de produção consiste na flexibilidade do processo de trabalho e da produção - busca-se atender as particularidades das demandas dos mercados consumidores, contrapondo-se a produção em massa e em série do taylorismo/fordismo. Procura-se produzir menores quantidades e produtos diferenciados, visando à qualidade total e o aumento do lucro. Esse processo é acompanhado pelo desenvolvimento tecnológico, da informática e da robótica, que possibilitam o avanço qualitativo na produção e atendem a mercados cada vez mais exigentes. Essa forma de trabalho desenvolve o trabalho terceirizado, o trabalho precário e o subemprego. As conseqüências desse modelo de produção são a desregulamentação dos direitos do trabalho e um desemprego estrutural. Enfim, o trabalhador é chamado a produzir mais, com menor custo e cada vez mais em piores condições de trabalho e de vida.

marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (ANDERSON, 2008)

A Constituição Federal de 1988 trouxe o reconhecimento dos direitos sociais de todos os cidadãos, mas isto, não foi o suficiente, uma vez que, o neoliberalismo ocasionou um visível retrocesso social, em razão da ocorrência de graves violações dos direitos civis.

Dessa forma, o processo de globalização neoliberal produziu mudanças nas relações do mundo do trabalho produzindo e reproduzindo as desigualdades sociais e provocando um desmonte dos direitos já conquistados.

Assim:

[...] a filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As micro-soluções *ad hoc* substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado do minimalismo no social para enfrentar a globalização no econômico. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza, cada um que cuide do seu como puder. De preferência como em Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social. (SOARES, 2003 apud FREIRE, 2005, p. 5)

Essa nova configuração a que se remete o Estado brasileiro reflete-se na gestão das políticas públicas uma vez que:

[...] o Estado deve deixar de ser o “responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social” para se tornar promotor e regulador desse desenvolvimento, transferindo, para o setor privado, as atividades que possam ser controladas pelo mercado. Isso vai se traduzir na gerencialização da privatização das empresas estatais e na “publicização dos serviços de saúde, educação e cultura”, tornando possível que o Estado abandone o papel de executor direto desses serviços. (IAMAMOTO, 2004, p. 120-121). (grifo do autor).

É esse o contexto em que o Brasil se encontra: um processo de construção coletiva de uma sociedade mais democrática, pautada nos direitos e ao mesmo tempo sofrendo fortes influências do projeto neoliberal, que vem ganhando espaço no mundo e contrapondo-se às conquistas sociais obtidas na Carta Constitucional de 1988.

Sob esse prisma, compreendemos a fragilidade da democracia no país. As conquistas sequer chegaram a sair do papel e já vêm passando por um processo de desconstrução. A Constituição prevê um Estado provedor mas, a tendência é que o Estado cada vez mais se ausente do compromisso de defender e garantir os direitos de cidadania.

A assistência social e as demais políticas sociais, se encontram em um campo turbulento e repleto de contradições. E, nesse cenário, tem como desafio garantir a qualidade no atendimento e a universalização dos direitos humanos.

O processo de avanços das políticas sociais no Brasil sempre passou por essa tendência ao descumprimento do que é direito. O Brasil tende a oferecer concessões como forma de controle da população, mas não as constitui como direito de fato pois, conquistas de direitos sociais que não saem do papel não são capazes de mudar nenhuma realidade, de matar a fome, de trazer a emancipação.

Desta forma, as ONG's – organizações não governamentais - e o setor privado, ao ofertarem seus serviços, não têm como obrigação garantir o que está previsto na Lei Orgânica da Assistência Social. Por tal motivo, a assistência social vem sofrendo limitações mesmo antes de concretizar suas novas diretrizes.

Entretanto, apesar dos desafios que permeiam essa política ainda em processo embrionário rumo à democratização de suas ações, não devemos nos esquecer que, nesse período dos anos 90, a assistência social também avançou muito.

Ainda em 1993, ocorreu a aprovação do texto básico da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Essa conquista resultou de negociações entre o movimento nacional de gestores municipais, estaduais, federais e de ONG's, num embate expresso em forte discussão no Congresso. Nesse momento deu-se ênfase ao novo modelo de gestão participativa, através dos conselhos, nas três esferas de governo.

No ano de 1995 foi realizada a I Conferência Nacional da Assistência Social. Por mais que as discussões ainda não atingissem o ápice do enfrentamento das questões norteadoras da assistência social, esta e as próximas duas Conferências são importantes por se colocarem como suporte e incentivo à realização da IV Conferência Nacional.

Na I Conferência:

As teses fundantes da LOAS são debatidas, o anúncio do sistema descentralizado e participativo, a municipalização, a renda mínima, a relação público-privado, o financiamento, o controle social. Enfim, tudo é colocado à mesa. Nesta e nas II e III Conferências. Dois anos e seis anos após, os temas se repetem. São as mesmas perguntas e as mesmas indicações, e tudo continua na mesma. (SPOSATI, 2004, p. 70).

Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1997, foi editada a Norma Operacional Básica – NOB que, no ano de 1998, foi reeditada com o objetivo de tornar-se mais um aparato legal para regulamentar a nova gestão de assistência social. Trata-se de uma ferramenta que direciona e normatiza as ações dessa gestão.

A IV Conferência da Assistência Social, realizada em 2003, trouxe a proposta de dar concretude à Lei Orgânica da Assistência Social apontando na direção da construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social e da construção da Política Nacional de Assistência Social que foi aprovada somente em 2004.

Esta Conferência é reconhecida como decisiva. “A novidade era a implantação dos conselhos e dos fundos municipais e as reordenações institucionais que iam se instalando em todos os cantos do Brasil [...]”. (SPOSATI, 2004, p.71). Além disso, somente nesta conferência os assuntos são claramente discutidos com enfoque democrático nas discussões sobre participação popular e descentralização da política.

A IV Conferencia Nacional da Assistência Social, realizada em dez/2003 em Brasília/DF, apontou como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, requisito essencial da LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública. (BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004, p. 5)

Essas Conferências são de suma importância nos avanços da política de assistência uma vez que elas consistem num momento de participação da população, dos profissionais, de movimentos sociais e de partidos políticos na luta por ações de assistência voltadas à consecução dos direitos dos indivíduos. Não se trata mais da manutenção de uma cultura política de subalternidade e dependência ou de concessão de favores e esmolas, mas, sim do protagonismo da população na conquista de seus direitos. É nesse entorno que a assistência social se insere no campo do direito social, sendo definida como primazia do Estado, garantida na Constituição Federal de 1988.

Contudo, ainda há uma árdua caminhada na luta pela assistência social como conquista e direito de cidadania, tornando-se visível essa dificuldade considerando-se que a legitimação da LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, consumiu cinco anos de luta e o trato que os governos posteriores dispensaram e dispensam a ela não contempla uma real discussão no sentido da sua efetivação.

A carta aberta das Organizações da Sociedade Civil pelos “Direitos Constitucionais à Assistência Social”, de 1993, disponível no texto de Aldáiza Sposati (2004), foi escrita com o intuito de prover o encaminhamento da assistência enquanto proteção social aos cidadãos. Essa carta destaca cinco pontos, característicos da assistência, que devem ser repensados e superados através da construção de um novo modelo de gestão da assistência social:

- a falta de vontade política em regulamentar a Seguridade Social não a tornando ponto central nas prioridades governamentais;
- a falta de espaço para a participação democrática da sociedade civil em espaços políticos como os conselhos. Essa falta de vontade política reflete a falta de cultura política da população;
- a ausência da transparência nas ações voltadas à assistência social e de prioridade dessa política para o poder público;
- não há comunicação e articulação entre as três esferas de governo na gestão da assistência, o trabalho torna-se desintegrado e voltado à filantropia e não à garantia dos direitos da população; e,
- discute-se que há uma ineficiência na gestão da assistência social. Se esta não é garantida, então é porque não há preocupação em efetivar e ampliar direitos.

Essa carta pode demonstrar um pouco da amplitude da luta em torno de uma nova política voltada à proteção social.

No ano de 2003, o governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva criou o Ministério da Assistência Social, um grande avanço para a Política de Assistência. Em 2004, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que, contribuiu para que o SUAS fosse construído de forma mais estruturada, com maior rapidez e seriedade. Nesse intuito, no ano de 2005, o mesmo ministério apresentou uma nova reformulação da NOB que possibilitou que o Sistema Único da Assistência Social virasse realidade.

Enfim, o longo caminho percorrido pela Política de Assistência Social mostra-se tortuoso e repleto de obstáculos, com tropeços e arranhões, mas, também as conquistas e avanços fazem parte desse caminho.

Até agora procurou-se fazer um resumo dos primeiros passos dados pela Assistência Social pós-Constituição Federal de 1988. Percebemos que, embora tenha avançado, ainda não foi possível detectar ações que caracterizem, de fato, uma nova gestão.

Aldaíza Sposati (2004) destaca a necessidade de algumas mudanças na Política de Assistência Social e para tanto faz algumas recomendações:

- a) A Loas necessita de novos pilares de sustentação, diferente dos antigos pilares da assistência:
 - estabelecer parcerias entre as diversas ONG's e as instituições para que o trabalho se torne complementar. A rede é fundamental na efetivação dos direitos dos cidadãos. Uma vez que o Estado estabelece uma divisão de responsabilidades entre os três setores (Estado, mercado e sociedade civil organizada) a saída é esforçar-se na qualificação de um trabalho comprometido com o atendimento das necessidades dos usuários;
 - pautar-se num sistema único descentralizado e territorializado. Este pilar levará a efetivação do SUAS – Sistema Único da Assistência Social – acreditando esta representarem essas ações uma grande possibilidade de mudanças;
 - estabelecer serviços permanentes e continuados. O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS - é uma possibilidade, pois tem rigor e desenvolve programas de proteção social básica e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS encontra-se no mesmo patamar, pois desenvolve programas de proteção social especializada. Estes Centros de Referências atuam no combate à vulnerabilidade e ao risco social que vivenciam as famílias;

- que o pacto federativo da assistência social deve operar com um caráter democrático e reconhecer as forças locais:
- b) Dar à assistência o caráter de direito e centralidade nas prioridades públicas para que ela não seja um apêndice. É preciso que seja efetivada como proteção social básica e especial;
 - c) Permitir que os usuários conheçam o poder de ter direitos à subsistência através da proteção social. Empoderar a sociedade, muni-la de poder, de capacidade de controle e de participação social.
 - d) Efetivar os pressupostos apresentados na Constituição Federal de 88. O seu texto atribuiu ao Estado a função magna de prover as necessidades da população. Portanto a primazia da responsabilidade cabe ao Estado e não ao mercado ou à sociedade civil. Estes, se apresentam apenas como agentes complementares. É preciso exigir uma postura mais presente e interventiva do poder estatal.
 - e) Superar visão da assistência social como atendimento à pobreza, ao imediato. O atendimento à situações de vulnerabilidade e risco social consiste numa ação mais ampla. Para tanto, é importante não ser mais necessário comprovar a pobreza e colocar-se numa situação humilhante para ter acesso à Assistência Social e ser atendido em suas necessidades.

A seguir, será discutida a construção dos parâmetros da nova dimensão da gestão da Política de Assistência Social, nos dias de hoje, na busca por resultados voltados à efetivação de direitos da população

3. 2.1 A construção do novo modelo de gestão da Assistência Social

A trajetória histórica da Política de Assistência Social brasileira, já discutida no início do presente capítulo deste estudo, passou por momentos delicados de avanços e retrocessos. A construção do novo modelo de gestão da Assistência Social está diretamente ligada a esse processo. Trata-se de uma nova

roupagem desta Política, cujo Sistema Único de Assistência Social deverá materializar o conteúdo previsto na LOAS.

Entendemos por gestão o ato de gerenciar com compromisso em torno da busca por mudanças, e isso não consiste apenas no fazer - processo de gerência -, mas no fazer bem: processo de eficiência.

Quando falamos em gestão social, estamos nos referindo à gestão das ações sociais públicas. A gestão social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas (CARVALHO, 1999, p. 19).

Nesse processo de construção de um novo modelo de gestão da Assistência Social, o SUAS evidencia em seu corpo uma nova visão sobre os eixos estruturantes contidos na Política Nacional de Assistência Social.

O gestor tem o papel de coordenar, direcionar e executar o seu trabalho. Na Política de Assistência Social esta gestão tem como objetivo fortalecer o compromisso e dever do Estado, construindo uma relação consistente e eficaz entre os programas, projetos, serviços e benefícios. Ela pode ser caracterizada como uma gestão democrática que visa a construção de uma nova cultura política envolvendo participação, controle, poder compartilhado, eficiência, efetividade e eficácia, protagonismo, liberdade, autonomia e emancipação.

A Política Nacional de Assistência Social na construção dessa nova gestão da Assistência Social deve procurar efetivar o que está proposto na Constituição Federal de 1988 e na LOAS em termos de garantia de direitos sociais à população.

Nesta direção a presente Política Nacional de Assistência Social - PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade pública, objetivando tornar claras as diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. (BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004, p. 5)

Nessa perspectiva serão tratadas, a seguir, as características da nova configuração da Política da Assistência Social após a efetivação da LOAS, da PNAS e da NOB/SUAS.

3.2.2 As características do Sistema Único da Assistência Social e sua configuração no Centro de Referência da Assistência Social

Após conhecermos o processo pelo qual tem passado a Política de Assistência Social e a efetivação da LOAS, faz-se necessário compreender um pouco das características e particularidades que permeiam esta nova configuração da Política da Assistência Social.

Dessa forma, serão analisadas a construção do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e suas características.

Quando falamos em um novo modelo de gestão da assistência social, referimo-nos justamente à uma gestão democrática associada aos princípios garantidos na Política de Assistência Social que engloba também o conteúdo do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

Segundo o texto da LOAS:

[...] o SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações sócio-assistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. (BRASIL. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004, p 32-33).

Assim, o SUAS, planejado e organizado pelas três esferas de governo, representa, por sua nova forma de gestão, uma verdadeira mudança na Assistência Social brasileira que passa seus atendimentos, ações e benefícios, do campo da bem-estar para o campo dos direitos do cidadão.

Esse sistema sugere que não haja mais, na Assistência, dicotomia de pensamento, ações, prioridades de atendimento e situações que não se pautem como direito universal de cidadania e dever do Estado. A construção lenta e gradual, nos últimos vinte anos, do arcabouço teórico e legislativo aos poucos se torna a base para uma estrutura sólida dessa política.

Construção que muito contribuiu para o rompimento com o assistencialismo que marcou essa Política e pelo qual “muitos, às vezes, confundem a Assistência Social com clientelismo, assistencialismo ou caridade cristã, que nada têm a ver com políticas públicas e com o compromisso do Estado com a sociedade” (BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004, p. 4).

O novo sistema tem como marco de sua implantação, o dia 15 de julho de 2005, com a aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS), que estabelece regras e normas para a operacionalização da Assistência Social. Uma delas é a organização dos municípios por níveis de gestão: Inicial, Básica e Plena, que estão relacionadas à capacidade que cada cidade possui para gerir os serviços da Assistência. O SUAS, além de possuir normas para direcionar suas ações, também materializa a LOAS e os preceitos da Constituição Federal de 1988, que ganharam corpo na IV Conferência da Assistência Social.

Essa nova gestão é resultado de debates dos sujeitos envolvidos na conquista de uma Política de Assistência Social cujas ações estivessem voltadas para o fortalecimento familiar, de forma participativa e descentralizada.

O SUAS define o campo de intervenção da Política de Assistência Social como a aliança de conceitos básicos focados na proteção social através de um sistema que reorganiza as ações e objetiva a universalização e a equidade.

O novo modelo de gestão dessa Política respeita a diversidade existente entre os municípios e a realidade das populações, urbana e rural. Delineia o papel das instâncias de articulação, pactuação e deliberação, define os níveis de gestão dos municípios de acordo com a proteção social que é ofertada. Esta, por sua vez, se divide em dois tipos de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica caracteriza-se pela prevenção de situações de risco e superação das condições de vulnerabilidade, por meio do desenvolvimento de potencialidades, pela aquisição e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, mediante a identificação da territorialidade e dos múltiplos fatores socioeconômicos que afetam a família, possibilitando a orientação na execução da Proteção Social Básica da Assistência Social. (BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

As ações e serviços de Proteção Social Básica são organizados e coordenados por instituições públicas e/ou privadas da assistência social, entre as

quais destacaremos o CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, implantado em áreas de concentração de vulnerabilidade social, que referenciará as demais ações de Proteção Social Básica. Está articulado à rede sócio-assistencial do município que também executa ações de Proteção Social Básica. Algumas dessas ações são exclusivas do CRAS e outras, mesmo em sua área de abrangência, podem ser desenvolvidas fora de seu espaço físico, desde que a ele referenciadas.

O CRAS é uma unidade pública da Assistência Social, de base municipal, localizada nos territórios com maiores indicadores de vulnerabilidade e risco social de acordo com o porte do município. Está destinado à prestação de serviços, programas e projetos sócio-assistenciais às famílias, e à articulação desses serviços em sua área de abrangência, de modo a potencializar e otimizar a proteção social na direção da intersectorialidade. Trata-se de um equipamento social que nos desafia a fazer a diferença, representa uma estratégia fundamental de construção do protagonismo pelos próprios sujeitos de direitos, na verdadeira luta contra os processos de desigualdade.

Os Centros de Referência da Assistência Social têm como objetivo “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (BRASIL. PROTEÇÃO BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005, p. 11), e dessa forma romper com o ciclo da pobreza, privações e/ou fragilização de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a construção da autonomia, participação e emancipação desses sujeitos.

Nessa direção:

O trabalho com as famílias, referenciadas no território de abrangência do CRAS, privilegia a dimensão sócioeducativa da Política de Assistência Social na efetivação dos direitos relativos às seguranças sociais afiançadas. Assim, as ações profissionais relacionadas aos serviços prestados no CRAS devem provocar impactos na dimensão da subjetividade política dos usuários, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos. (BRASIL. PROTEÇÃO BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005, p.13)

Os serviços oferecidos no CRAS têm caráter de continuidade, tornando-se referência na rede sócio-assistencial e para as demais políticas

públicas. É a porta de entrada para o Sistema Único da Assistência Social e para a rede sócio-assistencial do município.

Para que o trabalho atinja os objetivos esperados é necessário que haja uma constante capacitação da equipe técnica que deve ser composta por assistente social, psicólogo, coordenador, auxiliar administrativo e estagiários, dentre outros, conforme o espaço disponível.

É importante destacar que as três esferas de governo possuem papéis fundamentais e peculiares na execução da Política de Assistência Social, em especial nos CRAS, contribuindo para o financiamento, capacitação de profissionais e incentivo à execução da Política.

É importante destacar que “a União é responsável pela formulação da política para a formação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social”. (BRASIL. PROTEÇÃO BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005, p. 23).

Os estados também possuem papel fundamental uma vez que

[...] co-financiam a Proteção Social Básica de Assistência Social, mediante aporte de recursos para o sistema de informação, monitoramento, avaliação, capacitação, apoio técnico e outras ações pactuadas progressivamente. Também são responsáveis por coordenar, gerenciar, executar e co-financiar programas de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços, recebendo recursos federais, em incentivo, para, para o cumprimento desta responsabilidade. (BRASIL. PROTEÇÃO BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005, p. 23)

E, por fim, considera-se que os municípios “[...] estão aptos a receber o incentivo de participação em programas de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e da rede prestadora de serviços promovidos pelo Estado e União”. (BRASIL. PROTEÇÃO BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2005, p. 22-23)

Se o trabalho no CRAS for realmente dimensionado nos parâmetros apresentados, é possível ter como resultados:

- a) a prevenção da situação de risco e vulnerabilidade social;
- b) o fortalecimento dos vínculos familiares;
- c) a inserção das famílias na rede sócio-assistencial;
- d) o reconhecimento dos direitos humanos, a ampliação da participação e o protagonismo social e

e) a melhoria das condições de vida da população usuária.

Para tanto, sabemos que somente as ações e serviços desenvolvidos no CRAS não são suficientes para proporcionar uma efetiva transformação da comunidade afastando as situações de risco e vulnerabilidade social e melhorando a qualidade de vida da população. O CRAS apresenta-se como porta de acesso aos serviços assistenciais e às demais políticas sociais do município, permitindo uma aproximação dos usuários a esses serviços, mas não é capaz de atender a todas as necessidades das famílias e da comunidade.

A rede sócio-assistencial deve se pautar nos princípios da incompletude institucional e para tanto, realizar trabalhos que se complementem e sejam capazes de atender as famílias de acordo com suas necessidades, visando a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento dos vínculos familiares e a prevenção de risco e vulnerabilidade social.

A Proteção Social Especial, de acordo com Brasil – Política Nacional de Assistência Social (2004), pode ser de média ou de alta complexidade. É direcionada às famílias e indivíduos que se *encontram* em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, enfim, indivíduos e famílias com seus direitos já violados. Para tanto, o SUAS criou o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, como uma das unidades públicas de atendimento especializado da Assistência Social.

Pautado na Proteção Social Básica e Especial é possível garantir a inclusão dos cidadãos em programas, projetos, políticas, uma vez que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, com o objetivo de reestabelecer os vínculos e construir o protagonismo dos sujeitos frente às situações adversas do cotidiano.

Embora os dois tipos de Proteção Social sejam de suma importância, neste trabalho destacaremos o CRAS enquanto Proteção Social Básica nos seus elementos essenciais, e em sua característica objetiva que é a prevenção junto às famílias que estão em situação de vulnerabilidade, para que não se submetam à situação de risco social.

O SUAS define sete elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social que possibilitam normatização dos

padrões de serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial (BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004) e, ainda, os eixos estruturantes e subsistemas conforme aqui descritos:

- a) Matricialidade Sócio-Familiar
- b) Descentralização Político-Administrativa e Territorialização
- c) Novas Bases para a Relação Estados e Sociedade Civil
- d) Financiamento
- e) Controle Social: O desafio da participação popular/cidadão usuário
- f) Política de Recursos Humanos
- g) Informação, Monitoramento e Avaliação

Faz-se necessário e de grande importância o estudo desses aspectos enquanto eixos estruturantes do SUAS:

- a) Matricialidade Sócio-Familiar

Torna-se primordial a centralidade da família no momento em que se reconhece as fortes pressões que os processos de exclusão sócio-cultural geram sobre as famílias brasileiras, evidenciando suas fragilidades e contradições.

Ressalte-se que, voltar a atenção para a família não é algo recente na legislação brasileira, conforme Brasil. Política Nacional de Assistência Social (2004, p. 25)

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226, da constituição Federal do Brasil, quando declara que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, endossando, assim, o artigo 16 da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito a proteção da sociedade e do Estado. No Brasil tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso e na própria Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, entre outras.

O que há de novo nesse olhar que se volta para a família brasileira é o fato dela tornar-se o centro da proteção social. O SUAS pressupõe que a Assistência Social deve ser responsável por prevenir situações de risco, ampliar a agenda dos direitos sociais, construir novas estratégias de enfrentamento às demandas apresentadas e romper com a fragmentação programática das políticas sociais.

Para a Política de Assistência Social a matricialidade, ou seja, a centralidade na família, repousa no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros, é necessário, antes de tudo, garantir condições de sustentabilidade para tal.

b) Descentralização Político-Administrativa e Territorialização

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, em seu 6º artigo, aponta que as ações na área da Assistência Social são estabelecidas de forma descentralizada e participativa, por um conjunto de instâncias deliberativas, compostas pelos vários setores envolvidos na área.

A divisão de poder entre o Estado e a Sociedade Civil é o que caracteriza a descentralização, resultando na redistribuição de poder e redefinição do centro decisório. Configura um novo modo de relação entre Estado e Sociedade Civil. De acordo com Brasil. Política Nacional de Assistência Social (2004, p.27)

[...], cabe a cada esfera de governo, em seu âmbito de atuação, respeitando os princípios e diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Assistência Social, coordenar, formular e co-financiar, além de monitorar, avaliar, capacitar e sistematizar as informações.

A descentralização deve ser efetivada com a transferência de poder, recursos e competência, com a autonomia da administração e com o papel ativo da população através da participação democrática.

Com a descentralização o município ganha maior autonomia, o que possibilita a valorização e a ampliação de espaços institucionais de participação e de divisão do poder de deliberação, mostrando que a força da cidadania está no município, de onde emergem suas necessidades, de acordo com seus espaços sócio-territoriais. Isso leva ao reconhecimento de que, cada município, região e território, têm suas especificidades.

A territorialização facilita a compreensão e análise dos espaços sócio-territoriais, permite que se aproximem das reais necessidades dos cidadãos, identificando os locais de exclusão e vulnerabilidade social.

O sistema é organizado pela rede sócio-assistencial, isto é, pela interligação entre entidades governamentais e não governamentais na política de Assistência Social.

Assim, a operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada. (BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL , 2004, p. 28-29).

Após ter o conhecimento do território, as ações serão realizadas através dos Centros de Referência da Assistência Social Básica e Especial – CRAS e CREAS.

A Política Nacional de Assistência Social se configura necessariamente na perspectiva sócio-territorial, tendo os mais de 5.500 municípios brasileiros como suas referências privilegiadas em análise, pois trata-se de uma política, cujas intervenções se dão essencialmente nas capilaridades dos territórios. Essa característica peculiar de política tem exigido cada vez mais um reconhecimento da dinâmica que se processa no cotidiano das populações. “ (BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004, p. 8).

Através da descentralização e da territorialização é possível atender os que antes eram invisíveis como os moradores de rua, indígenas, pessoas com deficiência, uma vez que os indicadores sociais permitem maior visibilidade das realidades vividas pelos sujeitos sociais e as especificidades de cada território.

c) Novas Bases para a Relação entre Estado e Sociedade Civil

O Estado cabe a primazia da responsabilidade nas ações voltadas aos direitos dos cidadãos. É dele o dever primeiro de garantir, a todos, as condições básicas de sobrevivência. Entretanto, a sociedade civil tem papel importante nessa relação. Ela participa como co-gestora e parceira no sentido de complementar as ações estatais, além de fiscalizar e controlar, exigindo qualidade e compromisso nos serviços prestados. É importante ressaltar que a sociedade civil organizada não deve substituir a ação estatal como apresenta a proposta neoliberal, mas sim, atuar em caráter complementar.

d) Financiamento

A Política Nacional de Assistência Social (BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2004, p. 32), estabelece que “no Sistema

Descentralizado e Participativo da Assistência Social, que toma corpo através da proposta de um Sistema Único, a instância de financiamento, é representada pelos Fundos de Assistência Social nas três esferas de governo”.

O financiamento acontece de forma direta para os destinatários, para a rede sócio-assistencial por meio de repasse fundo a fundo, assim como para o desenvolvimento da Política de Assistência Social de cada esfera de governo, com o propósito de respeitar as instâncias de gestão e de deliberação dos serviços, projetos, programas e benefícios de acordo com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, pactuados nas comissões intergestoras e deliberados nos conselhos de Assistência Social.

A inexistência de definição de uma percentagem para a Assistência Social, deixa o financiamento dessa Política à serviço do “entendimento de prioridade” do grupo político que assume o poder executivo, em cada nível, de negociação e pactuação da população organizada nos conselhos das três esferas de governo.

e) Controle Social

O controle social consiste, primeiramente, em efetivar a participação popular na gestão das políticas públicas. Esta é a possibilidade de construir respostas às demandas dos usuários junto com eles próprios. Dessa forma as suas reais necessidades serão atendidas porque a população é ouvida.

Uma segunda possibilidade que proporciona o controle social, previsto na Constituição Federal e na LOAS, é a possibilidade que a população tem de fiscalizar as ações e exigir mudanças quando necessário. A população, nesse novo modelo de gestão, apresenta-se como co-gestora, na luta pela efetivação dos seus direitos fundamentais, legalmente garantidos.

Os conselhos e as conferências, nas três instâncias federativas, se tornam espaços privilegiados para a participação e controle popular.

f) Política de Recursos Humanos

A condição e a forma como são tratados os recursos humanos, estão diretamente relacionados com a qualidade dos serviços prestados à sociedade através do trabalho profissional.

Há uma “deficiência” de debates e discussões sobre a questão dos recursos humanos.

A inexistência de debate sobre os recursos humanos tem dificultado também a compreensão acerca do perfil do servidor da assistência social, da constituição e composição de equipes, dos atributos e qualificação necessários às ações de planejamento, formulação, execução, assessoramento, monitoramento e avaliação de serviços, programas, projetos e benefícios, do sistema de informação e do atendimento ao usuário desta política. (BRASIL, POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2004, p. 36).

A criação de serviços que atendam às demandas sociais, intensamente agravadas pelas expressões da questão social, vem se apresentando sob variadas formas. Entretanto, os recursos humanos (profissionais, técnicos, educadores) não têm acompanhado os avanços legais das políticas sociais. Tais trabalhadores em desarmonia com os avanços, não prestam serviços com qualidade, pois muitas vezes não têm a qualificação necessária para tal.

Outro aspecto fundamental a ser discutido, é que o novo modelo de gestão exige dos trabalhadores envolvidos um conhecimento aprofundado da legislação implantada a partir da Constituição Federal de 1988. Não é possível trabalhar na defesa dos direitos sociais sem conhecê-los, e sem considerar as dificuldades pertinentes à sua implantação.

Há uma idéia de que para se trabalhar com a pobreza não é preciso se preocupar com a qualidade do serviço prestado. Esse pensamento deve ser desconsiderado, quando há compromisso profissional, como é o caso de profissionais assistentes sociais que se comprometeram, em sua formação profissional, com um projeto pautado em habilidades e competências teórico-metodológicas, ético-político e técnico-operativo.

É preciso investir nas capacitações e cursos que complementem as ações executadas. A NOB-RH/SUAS está orientada por princípios éticos no que tange os serviços profissionais, no estabelecimento de uma política de capacitação e na aprovação de planos de carreiras, cargos e salário.

g) Informação, Monitoramento, e Avaliação

Para construir as operações de gestão, o monitoramento e avaliação, como apresenta o Sistema Único de Assistência Social, conforme a NOB, é necessário, prioritariamente, uma gestão de informação.

Para que se consolide a Política Nacional de Assistência Social e do SUAS, é fundamental a formulação e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação, formulado a partir de uma construção coletiva envolvendo os três níveis de governo.

Confirmando as deliberações sucessivas desde a I Conferência Nacional de Assistência Social de 1995, a IV Conferência Nacional, realizada em 2003, define-se claramente pela elaboração e implementação de planos de monitoramento e avaliação e pela criação de um sistema oficial de informação que possibilitem: a mensuração da eficiência e da eficácia das ações previstas nos Planos de Assistência Social; a transparência; o acompanhamento; a avaliação do sistema e a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos a fim de contribuir para a formulação da política pelas três esferas de governo. Agregado a isto, a Conferência ainda aponta para a necessidade de utilização de um sistema de informação em orçamento público também para as três esferas de governo. (BRASI POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. 2004, p.38).

A avaliação desse processo tem como objetivo verificar se os serviços oferecidos têm qualidade necessária para alcançar as metas. É necessário definir metas e oferecer serviços com acompanhamento para verificar se esses serviços estão efetivamente caminhando para aquelas metas ou se as ações não atingem efetividade. Esse acompanhamento necessário é denominado de monitoramento, não devendo ser confundido como processo de fiscalização, mas ser considerado como controle de qualidade.

O monitoramento e a avaliação devem estar presentes em todos os estágios da política, em todo o seu processo. Uma ação voltada para o instrumento de avaliação e monitoramento possibilita uma visão crítica da realidade, e conseqüentemente respostas profissionais sustentáveis. Esse processo favorece o compartilhamento de percepções e a criatividade para o redimensionamento das ações planejadas e dos rumos da política.

Se analisarmos a trajetória da construção dos direitos sociais, em especial a Política de Assistência Social, compreenderemos que houve grandes avanços e conquistas na atenção voltada ao atendimento às necessidades das famílias brasileiras. Os marcos legais vêm superar as ações assistencialistas construindo respostas pautadas nos direitos dos cidadãos.

Embora, saibamos que ainda hoje, muitos direitos não são respeitados, garantidos e efetivados, deve-se reconhecer que essa trajetória de construção e desconstrução dos direitos sociais, encontra-se evidente na sociedade.

No próximo capítulo será feita uma análise dos dados da pesquisa tendo como eixo as aproximações e distanciamentos existentes entre o Projeto Ético-Político e a Política de Assistência Social. Para tal, selecionamos três categorias de análise: autonomia, participação popular e ação transformadora.

4 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E A NOVA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE DE DADOS

Neste último capítulo, será feita a relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a nova gestão da Política de Assistência Social, considerando suas aproximações e distanciamentos. Esta análise se dará a partir das entrevistas realizadas com os assistentes sociais dos Centros de Referência Assistência Social - CRAS da 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, que nos possibilitará uma maior compreensão de realidade em questão.

4.1 Eixos de Análise

Para tornar possível estabelecer uma relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a nova gestão da Política de Assistência Social através do Sistema Único da Assistência Social no cotidiano do CRAS, foi necessário instituir três eixos de análise: Autonomia, Participação e Ação Transformadora. Essa delimitação possibilitará realizar aproximações e distanciamentos entre ambos.

Esses três eixos emergiram da relevância que possuem para este trabalho de aproximação e distanciamento. Compreendemos que todos os princípios do PEPSS, os elementos e as diretrizes constituintes do SUAS são fundamentais. Entretanto destacamos esses três eixos, tendo em vista que a ação transformadora do assistente social contribui de forma significativa para o desenvolvimento da autonomia e da participação popular. Além disso, para que a ação do profissional seja realmente transformadora é necessária a autonomia do próprio profissional.

a) Autonomia:

Um dos princípios fundamentais do Projeto Ético-Político do Serviço Social é a “autonomia”, e em razão disso é importante compreendê-la no contexto social em que vivemos.

Para Kant, a condição básica que possibilita a vontade de dar a si a sua própria lei, é a autonomia, definida como “o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda natureza racional”. (Kant (1994) apud Brito, 1994, p.71).

Se a autonomia é o fundamento da dignidade da natureza humana, como falar dela, se vivemos em uma sociedade em que faltam espaços e oportunidades para se viver dignamente e somos determinados socialmente por um sistema excludente e perverso?

Diante disto, torna-se complexo exercer a autonomia e ainda, possibilitar aos usuários do Serviço Social que a exerçam.

A autonomia está muito relacionada aos princípios de liberdade e aqui caberia outra discussão: até onde somos livres nesse sistema em que vivemos se as determinações sociais e históricas permeiam nossas “escolhas” a todo o momento? José Paulo Netto [et al] (2000, p. 86) com relação à autonomia dos usuários, afirma que:

Enquanto a organização capitalista da vida social não invade e ocupa todos os espaços da existência individual, ao indivíduo sempre resta um campo de manobra ou jogo, onde ele pode exercitar, mesmo que minimamente, a sua autonomia e o seu poder de decisão, onde lhe é acessível um âmbito de retotalização humana que compensa e reduz as mutilações do prosaísmo da divisão social do trabalho e do automatismo que ela exige e impõe.

Deste modo, entendemos que, mesmo com as limitações institucionais, profissionais e sociais existentes, ainda há um “espaço de manobra” como coloca José Paulo Netto [et al] (2000), no qual podem os assistentes sociais, desenvolver sua intervenção e orientar os usuários para a abertura de “caminhos estratégicos”, por meio dos quais possam exercer a autonomia, de acordo com suas crenças, valores, aspirações e anseios.

b) Participação:

Desde os anos 1980, o Serviço Social tem redimensionado sua função profissional na perspectiva da emancipação das classes subalternas por meio da participação popular, intensificando esse movimento nos anos 1990 com a construção do novo Projeto Ético-Político do Serviço Social, embora a sociedade estivesse passando por um momento de crise com a introdução do neoliberalismo nas duas últimas décadas.

Isso se reflete no compromisso da ação profissional com os interesses e lutas da classe trabalhadora, visando à defesa intransigente dos direitos sociais. E mais, o compromisso do assistente social com as lutas dos trabalhadores em busca

de uma nova ordem societária e de superação dos antagonismos de classes e das desigualdades sociais.

Dessa forma, entende-se que os assistentes sociais têm como desafio, enquanto profissão, contribuir para o fortalecimento das classes subalternas através da participação popular.

Lopes (1998) apud Abreu (2002, p. 206) entende que

esse desafio como um desdobramento, um produto da práxis social, em cujo âmbito se situa o Serviço Social como prática profissional, da qual são sujeitos os assistentes sociais. Este desafio traduz-se pois, para os assistentes sociais, como elemento inerente à relação orgânica Serviço Social/movimento social.

O movimento social nos anos 1980 se enfraqueceu devido à predominância da ideologia capitalista de privatização, perdendo autonomia e capacidade de resistência e de luta nas quais antes estavam engajados, gerando a “acomodação” da classe trabalhadora.

Nesse contexto, no movimento sindical se destaca a atuação da CUT – Central Única dos Trabalhadores, por se expressar, enquanto movimento de classe, independentemente do Estado, e por fundar sua ação na crença de uma prática social-democrática como única forma que possibilitaria o combate ao neoliberalismo.

Muito há que se dizer, em relação aos reflexos que a classe trabalhadora enfrentou, e ao fortalecimento que usufrui, mas, o que se pode destacar é, principalmente, a imagem e ação profissional do assistente social nesse processo de lutas, hoje.

A ação do assistente social deve estar voltada para o empoderamento dos sujeitos, individual e coletivamente e pela compreensão de que só dessa maneira a participação popular se efetivará.

Propõe-se empoderar os sujeitos através da mobilização e de um maior envolvimento desses sujeitos nas decisões políticas que são de seu interesse.

Dessa forma, as expressões da questão social terão maior visibilidade, poderão ser melhor problematizadas ganhando espaço nas arenas decisórias, nos espaços públicos de debate, na luta pela conquista de novos direitos sociais e pela permanência dos já conquistados.

Para que a participação popular se efetive com eficácia, é necessária também a efetivação da transparência, ou seja, a publicização do uso e dos

investimentos dos recursos institucionais que está relacionada com a materialização de um dos princípios do PEPSS que é o compromisso com a qualidade dos serviços prestados.

Neste sentido, o desafio que se coloca na construção de uma esfera pública não – burguesa no país, refere-se ao fortalecimento do poder das classes subalternas na correlação de forças nos diferentes espaços da relação sociedade política e sociedade civil, no sentido da democratização e transformação do Estado e da sociedade a partir dos interesses e necessidades dessas classes. (ABREU, 2002, p. 214)

Dessa forma, o assistente social contribuirá, em seu cotidiano profissional, para que os sujeitos/usuários participem das decisões políticas, e para que estes pensem sobre suas ações e realizem novas ações rumo à conquistas dos interesses de sua classe.

c) Ação transformadora:

A realidade sobre a qual o profissional de Serviço Social irá atuar, não é um espaço de fácil intervenção. Independente da Política em que o profissional atue, ou do espaço de trabalho, seja no setor público ou não, é necessário compreendê-lo como um espaço contraditório onde se expressa a correlação de forças de classes sociais com interesses antagônicos e inconciliáveis. O profissional, de acordo com a direção social de seu Projeto Ético-Político deve pautar suas ações na defesa dos interesses da classe trabalhadora e não dos interesses da instituição pela qual é contratado para atender às demandas da classe subalterna.

Dessa forma, a intervenção profissional, em seu espaço de trabalho, é permeada por situações conflituosas e complexas que podem se tornar limites ou possibilidades para a ação profissional. O que caracterizará a questão como limite ou possibilidade, não é a sua problemática em si, nem os profissionais da instituição ou a Política instituída mas sim, a intervenção do assistente social. Em todo e qualquer lugar que o profissional intervier, ele se deparará com situações conflituosas de contexto complexo e antagônico. A sua formação acadêmica e seu constante aprimoramento intelectual proporcionam condições para que sua intervenção administre conflitos e transforme a realidade. Para tanto, não há realidade, por mais difícil que ela seja, que não possa ser modificada, amenizada.

Os fatos existem, as demandas estão postas. Cabe ao profissional de Serviço Social, com seu conhecimento Teórico Metodológico, Ético-Político e

Técnico Operativo, com suas competências, habilidades e compromisso, criar nesses espaços, possibilidade ou não de transformação social. O assistente social tem condições de efetivar o Projeto Ético-Político em qualquer espaço de trabalho, seja ele nas Políticas Sociais ou não.

Compreendemos, dessa forma, que o profissional de Serviço Social é capaz de exercer uma ação reflexiva e, assim, uma ação transformadora sobre a realidade. Essa ação não consiste em uma ação prática qualquer, mas naquela que é realmente embasada na teoria crítica. Ao intervir na realidade, o profissional deve conhecer-lhe as determinações históricas, econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas e pensar estratégias de intervenção que desvelem os fatos e atendam as reais necessidades da população, avançando para além das demandas imediatas.

É importante destacar que uma ação transformadora só é possível se estiver atrelada a uma visão crítica de mundo somada a conhecimentos profissionais. O Projeto Ético-Político do Serviço Social irá direcionar a ação profissional, para a transformação da realidade sobre a qual irá intervir de forma crítica e criativa. Os conhecimentos, habilidades e competências profissionais tornam-se agentes potencializadores da ação transformadora do assistente social.

A ação profissional pode ser permeada por limites e possibilidades. O que determinará essa interferência é a ação do assistente social, sua direção social, seu posicionamento e seus valores. Para que haja uma ação transformadora, o profissional deve se apropriar das possibilidades que existem no âmbito institucional, considerando a realidade existente, para ampliar seu espaço de intervenção e construir, juntamente com os demais sujeitos, uma possibilidade de transformação da realidade.

Compreendemos que o PEPSS pode possibilitar autonomia do profissional de Serviço Social e do usuário, a participação popular e a ação transformadora do assistente social. A proposta da nova gestão da Política de Assistência Social, através do SUAS, LOAS, NOB e PNAS e demais diretrizes, é capaz de proporcionar condições para que esses elementos sejam observados e materializados no cotidiano das ações da Política de Assistência Social.

Adiante, poderemos observar que utilizando os eixos Autonomia, Participação e Ação Transformadora é possível estabelecer uma relação entre os

pressupostos do PEPSS e do SUAS e mais do que isso, é possível identificar e analisar as aproximações e distanciamentos entre ambos.

Destarte, antes de iniciarmos nossa pesquisa é de fundamental importância apresentarmos o esclarecimento de que embora estejamos relacionando o Projeto Profissional do Serviço Social com a Política de Assistência Social, o Serviço Social

[...] não deve ser confundido com Assistência Social, embora desde a origem da profissão, os (as) assistentes sociais atuem no desenvolvimento de ações sócio-assistenciais, assim como atuem nas políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, entre outras. A identidade da profissão não é estática e sua construção histórica envolve a resistência frente às contradições sociais que configuram uma situação de barbárie, decorrentes do atual estágio da sociabilidade do capital em sua fase de produção destrutiva, com graves consequências na força de trabalho. (BRASIL. PARÂMETROS PARA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS(AS) NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2007 p 15).

A Assistência Social e a profissão possuem naturezas distintas. A primeira torna-se campo de trabalho do assistente social, mas não de forma única e exclusiva, e o Serviço Social também não reduz suas intervenções nessa Política. Ambas são muito mais amplas e complexas do que a redução a que, geralmente, são remetidas.

“O Serviço Social interfere nos processos relacionados com a reprodução social da vida” (Yazbek, 2006, p.124), e essa “intervenção profissional leva em consideração relações de classe, gênero, etnia, aspirações sociais, políticas, religiosas, culturais, além de componentes de ordem afetiva e emocional”. (Yazbek, 2004, p.13).

A Política de Assistência Social conta com uma equipe de trabalho interprofissional e, entre eles, o assistente social desempenha um papel fundamental, pois sua formação, competências, habilidades, conhecimentos, contribuem para uma intervenção sócio-histórica e para a compreensão de todas as “demandas” do sujeito, além das que se apresentarem como imediatas. Portanto contribuem significativamente para a consolidação da Assistência Social como direito de cidadania.

O assistente social tem o compromisso permanente de defender e sustentar os direitos nas políticas públicas, com o objetivo de “cimentar” as condições econômicas, sociais e políticas. O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social orienta o trabalho profissional na perspectiva de superar as

desigualdades sociais, promover o acesso a bens, serviços e conhecimentos, construir a igualdade social. Igualdade de oportunidade real, e não a falsa, idealizada pelo pensamento liberal.

Para que haja a intervenção profissional na questão social, o assistente social, em seu trabalho, utilizará as políticas sociais para mediação de suas ações. Faz-se necessário destacar a Política de Assistência Social, nosso objeto de estudo que acompanhou a trajetória da profissão.

O Serviço Social não deve ser resumido à Assistência Social, mas ser compreendido como uma profissão de caráter político, que atua nas políticas sociais públicas, tais como saúde, educação, trabalho, assistência social, entre outras. Esta pesquisa busca enfatizar a Política de Assistência Social no foco do trabalho do assistente social com base no Projeto Ético Político do Serviço Social.

4.2 Análise dos Dados

A relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o Sistema Único de Assistência Social enfocando os três eixos de análise: Autonomia, Participação e Ação Transformadora, irá referenciar nossa pesquisa de campo realizada nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS da Alta Sorocabana.

Essa região abrange trinta e dois municípios pertencentes à Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social da Alta Sorocabana – DRADS/ASO - situada na cidade de Presidente Prudente.

Desses trinta e dois municípios, apenas seis possuem CRAS, onde se realizou a pesquisa, sendo estes, Álvares Machado, Martinópolis, Pirapózinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, e Presidente Prudente. A pesquisa no município de Presidente Prudente foi realizada por amostragem na unidade do CRAS - Jardim Cambuci. Esse é o universo desta pesquisa.

A escolha do CRAS do Jardim Cambuci de Presidente Prudente se deu por orientação da Secretaria Municipal da Assistência Social de Presidente Prudente, em razão desse bairro localizar-se em território de maior vulnerabilidade e exclusão – por causa da existência do “lixão” - e por ser, até o momento da

entrevista, o único que possuía uma coordenadora na composição de sua equipe técnica.

Entre os seis municípios nomeados, realizamos as entrevistas apenas em quatro, pois, o município de Álvares Machado se recusou a participar alegando falta de tempo da profissional. Em Pirapózinho, a recusa se deu pelo fato da equipe técnica considerar recente o processo de implantação do CRAS no município.

Todos os municípios analisados localizam-se no extremo oeste do estado de São Paulo.

Martinópolis classifica-se como município de pequeno porte II e encontra-se em gestão básica. Foi fundado em 29 de janeiro de 1939 e possui, atualmente, uma população de 25.256 habitantes. Tem como base econômica, a cultura do café e a ferrovia, sendo essa uma característica da nossa região.

Presidente Bernardes é classificado como município de pequeno porte I encontrando-se em gestão básica. Seu surgimento enquanto município data do ano de 1920. A sua população atual é de 15.327 habitantes. Nasceu da antiga povoação de Guarucáia.

Presidente Epitácio classifica-se como um município de pequeno porte II, em gestão básica. A data de sua elevação à categoria de município é 18 de novembro de 1921. É famosa por possuir uma bonita orla fluvial às margens do rio Paraná.

A cidade de Presidente Prudente é um município de grande porte em gestão básica. Possui 206.164 habitantes, e está localizada entre os rios Paraná, Paranapanema e do Peixe. É considerado um importante centro regional. A cidade foi fundada em 14 de setembro de 1917.

A pesquisa foi realizada no mês de agosto de 2008 e observamos que o trabalho nos CRAS analisados ainda está em recente processo de implantação, esse fato reflete nas ações profissionais.

Os nomes dos municípios serão omitidos, no decorrer das análises, por questões éticas. As respostas das profissionais de Serviço Social serão apresentadas de forma aleatória em relação aos municípios citados, sendo classificadas por entrevistada "A", "B", "C" e "D".

A seguir a exposição da análise das dez questões abordadas na entrevista com as assistentes sociais dos CRAS da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, organizando as análises na seguinte seqüência:

- a) apresentação do eixo central das perguntas realizadas aos assistentes sociais do CRAS;
- b) o parágrafo abaixo do eixo central será um “resumo”, classificado como categorias das respostas dos profissionais. É importante ressaltar que as respostas não aparecem na íntegra, mas sim em forma de categorias para maior compreensão da análise; e,
- c) análise das respostas com o objetivo de relacionar os princípios do PEPSS com a nova gestão da Política de Assistência Social, considerando suas aproximações e distanciamentos e destacando os eixos de análise já evidenciados.

É importante considerar que os eixos centrais de cada pergunta serão enumerados correspondentes a ordem das perguntas que estão em anexo.

A análise é de caráter qualitativo, e a entrevista se deu de forma estruturada e aberta.

1 Projeto Ético-Político do Serviço Social e o trabalho do assistente social

Em relação ao trabalho do assistente social norteado pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, as entrevistadas afirmaram que:

- há uma relação entre o cotidiano e o projeto profissional;
- que é um processo de construção que referencia a ação profissional e norteia os profissionais nos CRAS.

A entrevistada “D” mencionou que “nem todas as profissões possuem um projeto profissional (...)” enfatizando que nossa profissão é “privilegiada” no sentido de termos um aparato legal materializado no Código de Ética do Assistente Social, na Lei que Regulamenta a Profissão e nas Diretrizes Curriculares, construídas historicamente pela categoria profissional.

A direção profissional, proposta pelo Projeto da profissão, consiste no compromisso com a classe trabalhadora rumo à transformação social das realidades apresentadas, através da compreensão da complexidade das relações por meio de um olhar crítico que possibilita o desvelamento das demandas sociais.

É possível perceber a legitimidade do Projeto Ético-Político através de sua materialização na vida dos usuários, no cotidiano do trabalho profissional,

notando-se o aumento da autonomia, emancipação e participação popular, cidadania, democracia, bem como os demais princípios do Projeto Profissional.

2 O Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano do SUAS/CRAS

Quanto à relação entre o PEPSS e o SUAS/CRAS, as assistentes sociais afirmaram que há uma relação entre ambos. Ainda enfatizaram que:

- este processo se dá através da efetivação dos direitos sociais, da participação popular, da elevação da auto-estima, da justiça social e do fortalecimento dos vínculos comunitários;
- que a proposta do SUAS/CRAS possibilita a efetivação do projeto, através da autonomia, emancipação;
- que, entretanto, há uma dificuldade na articulação entre as três esferas de governo que se reflete no distanciamento da ação profissional na Política de Assistência Social; e
- há uma certa distância do proposto da nova gestão da Política de Assistência Social e o real.

Segundo a assistente social “D”:

“A ação no CRAS tem correspondido ao PEPSS sim, pois esta é a nova hora da Assistência Social. Antes não era assim, as coisas ficavam no imediato, na cesta básica. [...] Com a proposta do SUAS/CRAS a Política de Assistência passa a funcionar, antes não funcionava. As pessoas não conheciam o que era o trabalho na assistência, pensavam que era qualquer coisa, mas o CRAS vem mudar isto. Hoje a Política existe, mas lutamos para que eles não dependam mais da Política, mas tenham sua própria renda. Se ainda fosse como antes nunca conseguiríamos alcançar o que o PEPSS propõe, mas hoje é possível.”

Os profissionais declaram que é possível fazer uma relação entre a nova política de assistência social e o CRAS. Mas ainda há uma dificuldade de aproximá-las uma vez que se trata de um processo novo, em implantação. O que nos parece é que leis, diretrizes e normas dessa nova proposta estão avançando, mas os profissionais não acompanham esses passos. Ainda faltam capacitações e direcionamentos para os profissionais de Serviço Social. Se analisarmos as propostas dessa nova gestão da Política de Assistência Social, notamos que esta veio para quebrar paradigmas com a disposição de superar o olhar sobre a Assistência Social como benesse e favor. Entretanto, não basta somente implantar

as mudanças. Se não houver um trabalho voltado, efetivamente, para a capacitação e orientação de profissionais a política pode não atingir os objetivos esperados.

A nova gestão da Assistência Social é capaz de proporcionar a efetivação dos princípios profissionais. O CRAS, como porta de acesso dos usuários à política pode propiciar crescimento da democracia, da participação e da autonomia. Mas o trabalho deve abranger as três esferas de governo e com a responsabilidade de todos os técnicos.

Entretanto ainda há uma cultura política muito forte que marca a Assistência Social. É difícil superar a imagem de uma política de caridade. Isso dificulta um pouco o avançar em relação a esta política mas os passos estão sendo dados.

Concluimos que é possível fazer uma relação entre a nova gestão e o Projeto Profissional. Entretanto, há momentos que ora se aproximam, por possuírem os mesmos objetivos e diretrizes, e ora se distanciam, pela dificuldade de efetivar as propostas de um quanto do outro no cotidiano profissional, por diversos fatores.

3 Efetivação dos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social e a ação profissional

Ao questionarmos quais são os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social mais efetivados na ação profissional, apareceram nas respostas de três profissionais os princípios de defesa dos direitos humanos, emancipação e autonomia. Equidade e compromisso com a qualidade dos serviços prestados apareceram somente uma vez.

A autonomia e emancipação são processos que surgem se houver uma efetiva participação da comunidade. A participação, como princípio do Projeto Profissional não aparece em nenhum momento como princípio mais efetivado no CRAS.

Os direitos sociais, sem uma efetiva participação tornam-se tutelados, com caráter de favor e não de conquista e luta. Para tanto, para que os princípios citados se tornem realmente efetivos, é extremamente importante que seja desenvolvida com essas comunidades a cultura de participação popular, rompendo com o ranço que marca a trajetória da Política de Assistência Social de uma cultura política de submissão e caridade e de não participação. A entrevistada “B” apresenta essa situação: “Trabalhamos no acolhimento dessas famílias, com trabalhos

socioeducativos para mudar o ciclo de uma ‘acomodação’ sócio histórica de somente receber”.

Essa cultura de subalternidade política torna-se um entrave para a consolidação do PEPSS e do SUAS uma vez que não permite a promoção da participação popular, tão necessária à materialização de ambos. É através da participação popular que haverá o empoderamento das famílias no trabalho com a redução da pobreza, com o trabalho sócio educativo, mudando o ciclo do assistencialismo.

4 Exeqüibilidade do Projeto Ético-Político do Serviço Social na realidade profissional

Com relação ao questionamento se o Projeto Ético-Político do Serviço Social está de acordo com a realidade profissional ou não, todas as entrevistadas acreditam que sua materialização é possível, por isso não é uma utopia inatingível. Responderam que:

- é um processo, uma construção;
- depende muito do “querer fazer” e do compromisso do profissional;
- que as ações devem estar pautadas no Projeto Profissional e
- que o nosso projeto é questionado com descrédito por alguns profissionais de outras categorias.

É importante notar que o projeto profissional está pautado na realidade do assistente social, uma vez que seus princípios e diretrizes não dizem respeito somente a uma categoria profissional, mas está atrelado a um projeto societário. Há uma crença no projeto profissional, mas também notamos uma preocupação de alguns profissionais quanto às dificuldades para efetivá-lo no cotidiano. Reduzir a concretização do PEPSS somente ao querer profissional, é primeiramente descaracterizar a sua relação com um projeto societário e, posteriormente, reduzi-lo a uma vontade. Para que haja sua efetivação é necessário não somente a vontade, mas a atitude e compromisso profissional. Muitos profissionais são motivados a fazerem a diferença, têm uma vontade e um querer, mas não têm a iniciativa de fazer, de mudar a realidade.

A vontade e o querer profissionais podem aproximar os pressupostos do PEPSS e do SUAS e tornar possível a execução de ambos. Dessa forma, o constante aprimoramento intelectual é fundamental para o fortalecimento do

compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com a classe trabalhadora. Ou seja, relaciona-se com a verdadeira aproximação da teoria marxista, o que possibilita alcançar o objetivo que é materializar o Projeto Profissional no cotidiano, através do posicionamento a favor da eqüidade e da justiça social.

5 Operacionalização do SUAS frente à matricialidade sócio-familiar, descentralização–territorialização e participação popular

a) Matricialidade sócio-familiar:

As entrevistadas responderam que:

- a matricialidade é a base do CRAS;
- a família é o foco de atenção, visando o estabelecimento de vínculos familiares e comunitários e a proteção integral destes;
- o objetivo do CRAS é trazer as famílias priorizando a convivência familiar e comunitária.

As profissionais afirmam que o CRAS tem a família como foco central de atendimento de proteção social básica, através da prevenção de riscos sociais e do fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

A razão de a centralidade estar na família se dá pelo fato de que a ela, deve-se garantir condições de sustentabilidade, para que se torne capaz de participar e se envolver na conquista e efetivação de seus direitos.

O trabalho não deve ter cunho individual, como se o indivíduo fosse o único culpado por seus problemas. Todas as questões e relações passam em primeiro lugar pela família e, para tanto, ela é o foco principal de atuação no CRAS.

Se um indivíduo pode alcançar a emancipação, participação, autonomia e a conquista de seus direitos, tem a possibilidade de avançar também para o macro, no trabalho com as famílias e comunidades.

Apesar das entrevistadas mencionarem a importância do trabalho com foco na família, no decorrer da entrevista percebemos que elas utilizam o termo sujeito/ usuário, individualizando-os, ao invés de ter o olhar voltado para família.

De fato, podemos notar em nossa pesquisa uma compreensão sobre esta matricialidade do CRAS. Entretanto, é necessário verificar se realmente está havendo foco na família ou no indivíduo.

b) Descentralização-territorialização:

Quando abordamos a questão da descentralização – territorialização, as entrevistadas responderam que:

- com o CRAS tudo melhorou, pois o município tem autonomia;
- este processo não é possível sem a participação;
- e que implantação do CRAS ocorre no território considerado de maior vulnerabilidade e risco social.

Observamos que esta é uma estratégia importantíssima, pois os CRAS se concentram em locais de maior risco e vulnerabilidade social, permitindo melhor visibilidade dos indicadores sociais das realidades vividas conforme a especificidade existente de cada território.

A participação popular foi pouco mencionada na fala das entrevistadas. Entretanto constatamos que não dá para falar de territorialização e descentralização sem mencionar a participação popular. Com a descentralização, o município ganha autonomia ampliando os espaços de discussão para que a população se envolva participando democraticamente das decisões políticas de governo enquanto cidadãos portadores de direitos.

Dessa forma, as ações do profissional irão centrar-se na transformação da realidade que se apresenta de forma precisa e mais próxima da população. Entretanto é possível notar que em alguns municípios da região, ainda há uma confusão entre o trabalho desenvolvido no CRAS e na Secretaria da Assistência Social – Órgão Gestor. Por diversos momentos é possível notar nas falas que o trabalho se confunde e talvez ainda não haja uma clareza sobre as especificidades de cada um. Este fator pode se tornar um entrave para o avanço da nova gestão da Assistência Social e para o PEPSS, uma vez que não é claro para alguns profissionais, as competências a serem desenvolvidas em seu espaço de trabalho.

c) Participação Popular:

Ao se referir à participação popular, as profissionais responderam que:

- os usuários não querem se desvincular da assistência, pois é mais fácil ganhar do que lutar para ganhar, embora se tente superar isto;
- a participação popular é muito forte no sentido de que as lideranças comunitárias permitem que as ações do CRAS cheguem até a comunidade;

- há a participação no CRAS, e que os usuários buscam seus direitos.

A participação é peça chave nessa nova proposta de gestão da assistência social. Se não houver tentativas de construção de uma cultura política de participação, não é possível propor mudanças na vida dos sujeitos, uma vez que cabe, ao profissional caminhar junto com o usuário, na luta por seus direitos e por melhores condições de vida. Mas a transformação efetiva se dará a partir do momento em que esses sujeitos se tornem capazes de caminhar sem a dependência dessa Política. Enquanto os profissionais “fizerem” por seus usuários estes serão meros receptores de programas, projetos e serviços. Mas a partir do momento que houver a participação desses sujeitos, haverá também o primeiro sinal de transformação da realidade em questão. E dessa forma haverá uma aproximação com os princípios norteadores de nosso Projeto Profissional.

As “lideranças comunitárias” são meios para fortalecer e incentivar a participação popular. “ É mais fácil chegar até a comunidade através das lideranças do que diretamente. Acaba sendo uma parceria”, nos diz a entrevistada “B”.

O CRAS se tornou um espaço de fundamental importância para que a população participe e controle como estão sendo administradas as políticas públicas e para que, junto aos profissionais, se construam respostas às demandas apresentadas por meio da vida dos sujeitos.

Contudo, é possível notar que, na região da Alta Sorocabana, a participação popular não tem sido muito incentivada e priorizada. Ela não se destaca na fala dos profissionais e quando aparece, não é possível notar a forma como acontece e se realmente tem sido prioridade.

Conforme abordado no terceiro capítulo desta pesquisa, constatamos que a questão política no Brasil tem suas raízes vinculadas a cultura da subalternidade, onde criou-se a noção de que tudo que é público é “favor”, concedido por benesse, e não com o caráter de direito. Esse fator predomina na Política de Assistência Social, fortalecendo o que pode ser caracterizado por uma pobreza política de não participação e não cidadania.

A participação popular é um instrumento essencial, e, portanto, torna-se o diferencial, pois unidos, reivindicando e também acompanhando a forma como está sendo gerida a Política, suas necessidades serão ouvidas e atendidas.

Para isto o assistente social em sua formação profissional e pautado no seu Projeto de Profissão , evidenciado no segundo capítulo, adquire

competências e habilidades capazes de fomentar a participação popular de seus usuários, no âmbito institucional, e enquanto cidadãos.

6 Gestão do SUAS e Ação Profissional

As entrevistadas responderam que é possível executar a nova proposta de gestão do SUAS no cotidiano da ação profissional:

- por meio da PNAS, bem como, prestar um atendimento de forma integradora e articulada com as demais políticas sociais;
- através do processo de informação do usuário;
- através da forma de sistema que facilita muito o trabalho, com a utilização da tecnologia, banco de dados. Entretanto, infelizmente a rede é fraca e muitas vezes prevalece a vontade política do município, o que dificulta o processo de execução do SUAS.

Através das respostas das profissionais, podemos compreender que a execução na nova gestão da Política de Assistência Social é uma realidade possível. Esta política trouxe respaldo para esta questão e procurou efetivar os pressupostos da nova gestão da Assistência Social, na garantia de direitos sociais à população e dessa forma, tornou claras as novas diretrizes da Assistência Social.

Uma questão a ser destacada é a vontade política, pois para que se efetive essa proposta, é necessário que haja vontade, preocupação com a Política de Assistência que por muitos anos não existiu por parte do poder público. A entrevistada "A" reflete bem isso quando diz que, "além da vontade e querer do profissional em executar as propostas do SUAS, muitas vezes prevalece a vontade política do município".

A assistência nunca foi prioridade na agenda e nos gastos públicos. Para que essa realidade mude é necessário ter um novo olhar para essa política. A rede de atendimento do município também é fundamental para a efetivação da assistência em seus novos moldes, que não se resume a atendimentos individualizados por entidades isoladas. Deve haver uma complementaridade entre os trabalhos para que os sujeitos sejam atendidos na sua integralidade. De acordo com a realidade da região, a falta de uma rede articulada dificulta a efetivação dos direitos.

Sabemos que o município tem autonomia em relação às políticas sociais e o assistente social, tem uma autonomia relativa perante elas. Portanto, ele deve seguir os seus “superiores” dentro da Política de Assistência Social, ou seja, o gestor, o secretário da Assistência Social, os diretores da Secretaria de Assistência Social, entre outros e inclusive o prefeito do município. E é nessas relações políticas de hierarquia que muitas vezes o trabalho é “interrompido”. O profissional, às vezes, não consegue os recursos – materiais, humanos e financeiros - solicitados e tem dificuldade para pôr em prática toda a proposta que o SUAS apresenta. Para isso o profissional deve utilizar estratégias mais concretas para atingir seus objetivos com as famílias, por exemplo, realizando o levantamento dos indicadores sociais, que são um meio muito eficaz de se apresentar projetos e propostas de forma concreta, aproximando-se das chances de dar visibilidade ao trabalho.

7 Possibilidades e Limites para uma Ação Transformadora no CRAS.

Quanto às possibilidades e limites da ação profissional, todas responderam que o espaço de intervenção do assistente social lhe possibilita desenvolver uma ação transformadora:

- quando o profissional não desiste em meio a situações de conflito e constrói estratégias de superação das dificuldades;
- através do PAIF, uma vez que seus recursos favorecem as ações do assistente social;
- através de um processo de construção em vista do contexto histórico, econômico, social e cultural, apresentado na realidade da maioria das famílias do território;
- através da autonomia para fazer o trabalho, sempre se valendo de estratégias adequadas.

Afirmam ainda que mesmo sendo um espaço possibilitador da transformação social existem os limites que permeiam a profissão, tais como:

- quando a Secretaria de Assistência Social ignora a vontade do profissional, e deixa prevalecer a do município;
- quando não socializa os recursos, as formas de obtê-los e as informações;

- quando a quantidade de recursos é muito pequena e sua aplicação não se dá de forma clara e transparente;
- quando a Assistência Social não é valorizada e sua importância e prioridade não são reconhecidas.

A entrevistada “A” afirma que:

Ora possibilita, ora limita. Limita quando a Secretaria de Assistência tira a autonomia toda de uma proposta de trabalho pautada no PEPSS e na Política de Assistência Social para colocar uma vontade política do município! Possibilita quando o profissional não desiste em meio a essas situações e arranja, constrói estratégias.”

Quanto a essa questão, há diversidade de opiniões, pois ela está atrelada a especificidade de cada campo de atuação profissional, segundo seu território e sujeito/demanda.

É importante destacar, que independente da profissão ou do espaço de trabalho, sempre haverá limites e possibilidades. Depende de como o profissional vai lidar com eles, quais serão as estratégias de ação para o trabalho. No caso do Serviço Social, não é diferente. É preciso que seja um profissional comprometido, envolvido, atento às novidades e a tudo que permeia seu trabalho.

O olhar profissional sobre a questão pode transformar limites em possibilidades e aproveitar as possibilidades para alargar o espaço de intervenção e transformação da realidade. Os fatores que podem propiciar essas possibilidades são o compromisso do profissional e a sua capacidade de construir estratégias, como destacado na entrevista. Saber utilizar os recursos que são destinados à assistência também é fundamental para que se tenha um espaço possibilitador da transformação social. Os profissionais dizem que, quando a fonte de recursos é suficiente e satisfatória, isso se torna um fator que possibilita o trabalho.

É bem verdade que a Política de Assistência Social ainda não é prioridade no discurso político dos governantes e que a “verba” destinada a esta política não tem um valor estabelecido. Entretanto, em muitos municípios, inclusive na nossa região, ao ter que prestar contas dos gastos referentes ao ano percebe-se que não houve investimento de todo o recurso recebido, sendo o município obrigado a devolvê-lo, podendo perder parte do fundo no próximo ano. Tudo isto acontece por falta de planejamento e estratégias do profissional e falta de informação e organização das esferas de governo a respeito da utilização dos recursos. Esse aspecto limita a ação profissional.

Compreendemos, então, que os limites e possibilidades não dependem exclusivamente da instituição, de pessoas, de usuários. O próprio assistente social é capaz de criar um espaço possibilitador ou manter um espaço limitador.

8 O trabalho profissional e os objetivos do CRAS

Ao interrogarmos sobre a efetividade dos objetivos do CRAS, as assistentes sociais afirmaram que desenvolvem seu trabalho observando a efetivação desses objetivos, e nos apresentaram as respostas que contribuem para que eles sejam atingidos, cada município com sua especificidade. Responderam que:

- o perfil do profissional e o conhecimento crítico que adquire em sua formação influenciam muito no trabalho no sentido de efetivar os direitos;
- as ações estão sempre pautadas no que as famílias apresentam, partindo da realidade vivida, e da necessidade dos usuários;
- embora a equipe ainda fique subordinada à Secretaria da Assistência social, as respostas têm sido construídas de acordo com a realidade que vivenciam as famílias, no sentido da prevenção, proteção e acolhimento, fortalecendo o movimento dos trabalhadores.

Podemos perceber que todas as entrevistadas nos apresentaram o que tinham de positivo sobre a proposta do CRAS no que se refere às famílias. O eixo principal foi a realidade vivida pela comunidade, compreendendo-a através de suas determinações históricas, respeitando suas especificidades e também desvelando suas demandas com um olhar crítico que proporcione conhecimento para a intervenção profissional.

Para que as respostas profissionais se tornem sustentáveis, é necessário proporcionar conhecimento através da mobilização, empoderamento, transparência, zelando sempre pela qualidade dos serviços prestados.

Ao se tratar do cumprimento dos objetivos do CRAS percebe-se que eles ainda não estão sendo integralmente cumpridos na nossa região. Mesmo que haja uma preocupação com a realidade dos usuários e com a autonomia, não há menção sobre como o trabalho é capaz de romper ou amenizar o ciclo da pobreza e

fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Muitas vezes há uma preocupação em orientar direitos, mas, o trabalho em rede é fundamental para que haja também a defesa e sustentação dos mesmos. Destacamos que o CRAS não é capaz de atuar na política sozinho mas é a porta de acesso do usuário à rede de atendimento do município e da região.

9 Visão do usuário em relação ao CRAS sob o prisma do profissional do Serviço Social

Quando abordamos a forma como os usuários vêem o CRAS, se como assistencialismo ou como um meio de acesso aos direitos, duas entrevistadas responderam que:

- o CRAS é visto como espaço de direitos;

Uma entrevistada falou que:

- parte da população já consegue vê-lo como espaço de direitos, mas que ainda há usuários que o vêem como assistencialista;

Outra entrevistada destacou que:

- a cultura do assistencialismo ainda é muito forte e os usuários se mantêm presos a ela, mas isso pode ser mudado com a intervenção profissional.

A assistente social do município “C” deixa claro que:

“[...] pelo fato de ser um território de vulnerabilidade e a Assistência ser na Prefeitura da cidade , é necessário fazer o repasse da cesta básica também, e por isso às vezes as pessoas confundem o significado real da função do CRAS. Mas, mesmo assim essa questão do direito é discutida nas reuniões sócio-educativas. “

Percebemos que as famílias ainda sentem dificuldades para entender qual é o verdadeiro objetivo do CRAS, pois há presente uma força histórica do assistencialismo, principalmente nos municípios menores. Trata-se de duas forças em confronto: o assistencialismo histórico x o caráter de direito, numa situação determinada historicamente, ligada ao favor e à benesse, descaracterizando a noção do direito construída e conquistada. O assistente social frente a essa questão tem o papel fundamental de fortalecer as famílias, trazê-las para o CRAS, orientá-las a respeito do trabalho desenvolvido, sobre a noção do direito, incentiva-las à

participação informando-as a respeito das formas de acesso à participação, dos mecanismos de participação que são: conselhos, sindicatos, mobilizações, associações de bairro/comunidade, entre outros. Essa não é uma responsabilidade somente do assistente social, mas ele tem potencial e conhecimento para realização de tais ações.

A nova gestão da Política de Assistência Social marca um “grande momento”, para a configuração da Assistência Social. O espaço do CRAS, de forma especial, bem como o trabalho do assistente social, é capaz de propor essa mudança de cultura política. É possível, assim como já está acontecendo, que os usuários não vejam a assistência como um favor do poder público, mas como uma oportunidade de efetivação de seus direitos. É preciso considerar que esse processo de mudança de cultura política é longo, sobretudo quando a cultura da participação pode ser uma ameaça para a “democracia capitalista” que permite que a vontade política existente nos municípios seja mais forte que as necessidades da população.

10 O papel da três esferas de governo na gestão do SUAS

Indagamos a respeito do comprometimento das três esferas de governo quanto à transferência de recursos, e as assistentes sociais responderam que:

- há um comprometimento mais forte com o SUAS a nível federal e municipal do que estadual;
- a questão política no município é muito presente e às vezes quando solicitamos o recurso, somos barrados e o que prevalece sempre são as determinações municipais ;
- o comprometimento é regular pois a Prefeitura Municipal não tem verba suficiente para contribuir, o Estado fica apenas com a parte da Transferência de Renda e o Governo Federal mantém capacitações para os profissionais, mas, limita a contratação de novos profissionais para melhorar a qualidade dos serviços prestados;
- os recursos são suficientes, mas a nossa grande dificuldade é a questão do esclarecimento em relação ao gasto do recurso. Não há capacitações nesse sentido, o que prejudica o desenvolvimento das ações.

Como sabemos, a nova gestão da Política de Assistência Social, tem efetivado nos municípios brasileiros a descentralização e territorialização da Política de Assistência, pela qual o município ganha maior autonomia em seu trabalho e dentro do próprio município os serviços estão mais próximos da população e oferecem respostas de acordo com a realidade daquele território. Contudo, a responsabilidade não é só do município. Deve haver um comprometimento entre União, Estado e Município no que diz respeito a recursos materiais, financeiros e humanos.

De forma geral, percebe-se que há um comprometimento entre as três esferas de governos, e que este se dá de forma satisfatória, lembrando que cada município tem sua especificidade. De forma geral cumprem seu papel, mas muitas vezes isso não ocorre com qualidade, completude e complementaridade, pois freqüentemente, os municípios ficam com sobrecarga de responsabilidades e o Estado ainda se encontra um pouco distante, na contribuição dos recursos materiais e financeiros, limitando-se à fiscalização dos convênios estaduais.

Ainda é possível destacar que não há diálogo entre o nível Federal e os municípios, uma vez que os profissionais se queixam de falta de informação e capacitação adequada. Há uma cobrança excessiva de prestação de contas, de fiscalização dos profissionais, mas não há coerência, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que se exige muito, se esclarece pouco. “Tudo é muito burocrático e nunca é do jeito que a gente faz. Há uma preocupação para não gastar errado e não prejudicar o município. Não adianta ficar só repassando os recursos e não esclarecer como usá-los.”, é o que coloca a entrevistada “A”.

A realidade é que a nova Política de Assistência Social tem caminhado a passos largos. São notórios os avanços das propostas de execução, mas a verdade é que o governo federal está caminhando mais rápido que os municípios. Exigem-se diversos critérios a serem alcançados, mas não se oferecem condições para que as exigências sejam cumpridas de forma efetiva e eficaz.

4.3 Aproximações e Distanciamentos entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a Nova Gestão da Política de Assistência Social.

É de extrema valia relacionar o Projeto Profissional do Serviço Social com os princípios ou diretrizes das políticas públicas, em especial a Política de

Assistência Social. Primeiramente, porque essa profissão caracteriza-se como uma das únicas que possuem um projeto profissional cuja direção aponta para o compromisso com a classe trabalhadora, buscando a defesa de seus interesses e direitos; posteriormente, porque nosso projeto de profissão está amparado por um projeto societário que visa a construção de uma sociedade mais justa e igualitária onde os direitos sejam mais respeitados e os seres humanos mais valorizados.

A proposta da nova Política de Assistência Social também se aproxima dessas mesmas diretrizes e por tal motivo pode ser relacionada ao projeto de profissão do Serviço Social. Entretanto, antes de tudo é necessário destacar que o Projeto da profissão, bem como a própria ação do assistente social, não se restringem à Política de Assistência Social, uma vez que a profissão se encontra num processo muito mais abrangente que a própria Política.

Essa aproximação entre o PEPSS e a Política de Assistência se dá pelo fato de que ambos partilham dos mesmos princípios e caminham na mesma direção. Contudo devemos considerar que além de aproximações também existem fatores que as distanciam.

Conforme a análise dos dados coletados nos municípios da Alta Sorocabana, notamos que dentre as aproximações existentes, é importante salientar que tanto o projeto profissional como a nova gestão da Política de Assistência Social têm os mesmos objetivos. O projeto profissional foi construído historicamente e traz em seu contexto as lutas, vitórias e avanços, bem como toda a sua visão de mundo e de sociedade. Posiciona-se a favor da classe trabalhadora, na luta contra os preconceitos, discriminações, injustiças, desigualdades e visa a superação da exploração de uma classe sobre a outra, existente na sociedade capitalista.

A Política de Assistência também tem sua história permeada por evoluções e conquistas quanto aos direitos sociais. Se olharmos toda a sua trajetória e a sua atual configuração, notaremos o quanto se avançou na direção da conquista dos direitos dos cidadãos. É certo que as políticas sociais, na sociedade capitalista, são respostas ao enfrentamento da questão social, porém sem a sua efetiva superação. Mas não podemos negar que estas têm progressivamente se aproximado e defendido valores e posicionamentos, como maior equidade, justiça social, participação, defesa de direitos e autonomia.

A Assistência Social, de modo especial, tem se destacado por sua tentativa de ruptura com o assistencialismo arraigado em si desde a sua constituição. A nova gestão da Política de Assistência Social com a proposta de

implantação do SUAS, é sinal de que há uma preocupação em criar uma Política de Assistência Social realmente interessada em atender os cidadãos que dela necessitarem. O SUAS vem unificar e direcionar os trabalhos e ações na área da assistência social através dos CRAS para que todos caminhem rumo aos mesmos objetivos de forma integrada e complementar.

A relação entre o Projeto de Profissão do Serviço Social e a Política de Assistência acontece na medida em que ambos, após percorreram longos caminhos, hoje buscam a mesma direção: a materialização dos direitos dos cidadãos e uma sociedade melhor.

Ainda é importante considerar que os princípios do Projeto Profissional do Serviço Social foram construídos por pessoas que sonham, que buscam alternativas e não se conformam com a realidade posta. Os profissionais de Serviço Social tem participação na construção da Política de Assistência Social, na construção da LOAS, do SUAS, e para tanto há uma proximidade entre os princípios e diretrizes de ambos, tendo em vista que a Política de Assistência Social faz parte da construção de um ideal de sociedade ao qual está vinculado o Serviço Social.

Dessa forma, o assistente social, através de uma ação transformadora e de um olhar crítico sobre a realidade, encontra na Política de Assistência, de modo especial no CRAS, um espaço possibilitador da participação e da autonomia, podendo materializar o PEPSS em seu cotidiano profissional.

A formação e o trabalho profissional também são fundamentais na materialização do PEPSS. É necessário para tanto, que o assistente social seja um profissional comprometido, envolvido, atento às novidades e a tudo que permeia seu trabalho, procurando trazer para suas ações cotidianas o compromisso com as classes menos favorecidas, buscando alternativas para mudar a realidade, criando novas e variadas metodologias de trabalho.

Destarte, lembremo-nos de que alguns pontos ainda distanciam os pressupostos do projeto profissional das ações desenvolvidas na Assistência Social. Primeiramente, porque essa política encontra-se num processo de implantação e para tanto é passível de erros, equívocos e correções,. As ações profissionais na nossa região seguem essa tendência e a falta de orientações e capacitações profissionais limita o trabalho e a transformação efetiva da realidade. Dessa forma, muitas vezes os princípios do PEPSS não são efetivados e a política ainda permanece no assistencialismo.

Há também dificuldades na articulação entre as três esferas de governo uma vez que há pouca comunicação entre elas, faltando orientação e esclarecimentos aos municípios. Nota-se também que, às vezes, falta comprometimento das esferas de governo. As equipes ainda não estão completas, os profissionais necessitam de informações de qualidade com relação a implementação e operacionalização dos programas, projetos e serviços da Política de Assistência Social. Nas entrevistas notamos que todos os CRAS entrevistados são beneficiados pelo PAIF – Programa de Atenção Integral à Família⁸, que possibilita maior visibilidade e qualidade ao trabalho. Contudo os municípios contemplados não são suficientemente informados sobre a disponibilidade dos recursos, como usá-los e quando usá-los.

A política está avançando, mas os municípios encontram dificuldades para avançarem no mesmo ritmo. A proposta existente pode ser adequada, mas falta trazê-la para a realidade.

Uma outra questão é que a participação ainda é pouco incentivada. Dessa forma, torna-se difícil superar o assistencialismo presente na política. Somente através da participação, pela qual os usuários constroem sua própria história é que a cultura política do assistencialismo pode ser mudada. Embora haja menção da participação tanto no PEPSS como na PNAS, esta ainda se encontra fragilizada. As relações de poder existentes nos municípios ainda se constituem como um limite na implantação do SUAS, pois uma vontade política torna-se superior às necessidades dos usuários e isto é uma ameaça ao projeto profissional.

Os limites existentes na instituição muitas vezes não são enfrentados e superados. Dessa forma a própria ação profissional não proporciona a aproximação entre o PEPSS e o SUAS.

Enfim, consideramos que este seja o “grande momento” da Política de Assistência Social. O espaço do CRAS, de forma especial, bem como o trabalho do assistente social é capaz de contribuir para a mudança da cultura política da população. Mas é verdade que esse processo de construção ainda tem um longo

⁸ O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é o principal programa de Proteção Social Básica, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O PAIF desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do CRAS. O PAIF tem por perspectivas o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de abrangência do CRAS. (BRASIL. PROTEÇÃO BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: , 2005, P. 15)

caminho a ser percorrido. É necessário buscar maiores aproximações entre o PEPSS e a PNAS e superar os distanciamentos existentes entre si.

O CRAS possibilita uma ação mais próxima da população possibilitando ao assistente social materializar o PEPSS no cotidiano profissional com empenho por uma sociedade mais justa, igualitária e com menos exploração. Não estamos afirmando que é a nova Política da Assistência que possibilitará essa efetivação, mas ela pode auxiliar nesse processo, uma vez que seus princípios conciliam-se com os do Projeto e que pela primeira vez foram criadas propostas de trabalho realmente vinculadas à defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Tanto o PEPSS quanto a política são flexíveis e passíveis de mudanças. E isto aproxima suas relações: não há uma realidade estática e intocável, todas as construções acontecem no cotidiano onde idéias são substituídas, opiniões e posicionamentos são ouvidos. Onde o novo se constrói a cada dia. Quanto mais caminhamos, ainda que com dificuldades e alguns equívocos, mais nos aproximamos dos objetivos traçados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como finalidade verificar se há uma relação entre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e a nova gestão da Assistência Social com o SUAS materializado nos CRAS buscando as aproximações e distanciamentos entre ambos.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, como embasamento teórico-crítico, mostrando o caminho que o Serviço Social percorreu desde suas bases conservadoras até os dias atuais após a construção do Projeto Ético-Político Profissional e a trajetória da Política de Assistência Social até a atual configuração do SUAS.

Realizou-se no segundo capítulo um estudo sobre a trajetória histórica da profissão de Serviço Social que surge, inicialmente, vinculada à doutrina social da Igreja Católica, de cunho caritativo, à construção do Projeto Ético-Político Profissional do assistente social na busca de respostas às expressões da questão social.

Influenciada pelas transformações históricas a profissão foi renovando suas bases com a adoção do pensamento social crítico de Marx, no período do Movimento de Reconceituação até os dias atuais, após a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, nos anos 80. Esse Projeto tem por objetivo fundamentar e nortear as ações do assistente social no seu cotidiano profissional, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, pautada em valores como emancipação, liberdade, equidade, autonomia, eliminação de todas as formas de preconceito e da exploração de uma classe sobre a outra, entre outros.

No terceiro capítulo, com a finalidade de relacionar a nova gestão do SUAS operacionalizada nos CRAS da Alta Sorocabana, discorreu-se, brevemente, a respeito da construção histórica da Política de Assistência Social no Brasil, repleta de lutas e conquistas, desde seu surgimento assistencialista até a promulgação da Constituição Federal de 1988 que a tornou uma Política Social com caráter de direito e até a construção da LOAS e do SUAS, trazendo uma nova roupagem à essa Política.

E para finalizar, enriquecendo este estudo, utilizou-se a pesquisa de campo realizada com os assistentes sociais dos CRAS existentes nos municípios que pertencem à Alta Sorocabana. Dos trinta e dois municípios que abrangem esta

região, apenas Álvares Machado, Martinópolis, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio e Presidente Prudente possuem CRAS, mas, a entrevista não foi realizada com os assistentes sociais dos CRAS de Álvares Machado e Pirapozinho, por motivos próprios dos municípios.

Nesse capítulo, foram analisados os dados coletados nas entrevistas relacionando-os ao embasamento teórico discutido nos capítulos anteriores levando em consideração as características de nossa região que se encontra em processo de implantação dos CRAS.

A pesquisa teve como fundamento o Projeto Ético-Político do Serviço Social, sendo este, um instrumento que norteia a ação do profissional assistente social através do compromisso com a materialização dos direitos sociais, em especial os contidos na proposta da Política de Assistência Social, rumo à transformação da realidade dos usuários inclusos no CRAS.

Constatou-se que as entrevistadas consideram que há uma relação do cotidiano profissional com o Projeto Profissional do Serviço Social, relação esta ainda em processo de construção, mas que já se materializa na vida dos usuários, pois é referência à atuação profissional, a favor da equidade e justiça social.

Verificou-se que a autonomia, a emancipação e a defesa intransigente dos direitos sociais, foram os princípios do PEPSS mais destacados nas respostas das profissionais, os quais são mais efetivados no cotidiano das famílias atendidas nos CRAS mas, percebeu-se também que o princípio da participação popular foi pouco mencionado. Pode-se deduzir daí que, só haverá efetivação da autonomia e emancipação das famílias, quando estas, se envolverem, de fato, na participação democrática nos espaços políticos, rompendo com a cultura política assistencialista cristalizada historicamente.

É importante destacar que o Projeto Ético-Político do Serviço Social está atrelado a um projeto societário e para ser concretizado, é necessário o compromisso profissional. Sabe-se, por evidente, que esse compromisso depende muito do aprimoramento intelectual dos profissionais do Serviço Social, que devem atuar fortemente para a superação da visão, ainda existente, de que a assistência social atende meramente o imediato, isto é, a pobreza em seus diferentes aspectos.

Confirmou-se, através da afirmação das profissionais entrevistadas, que a relação existente entre o Projeto Ético-Político e o SUAS/CRAS se dá em meio a aproximações, pois os princípios contidos no Projeto Profissional do Serviço Social são materializados nas ações realizadas nos CRAS em harmonia com a

proposta de gestão do SUAS, proposta essa que possibilita que o Projeto Ético-Político do Serviço Social seja efetivado. Mas constatamos também que ainda há distanciamentos entre a gestão do SUAS e o que é proposto, principalmente quando os objetivos de ambos não são efetivados.

Os CRAS encontram-se em processo de implantação e é necessário maior comprometimento e articulação entre as três esferas de governo, como também mais capacitações de qualidade para os profissionais, além das já existentes, para que estes acompanhem os avanços da nova proposta de gestão do SUAS nos CRAS. Essa preparação continuada deverá contribuir para que a cultura da benesse seja superada, desde que se efetive a integração do trabalho das três esferas do governo e dos técnicos. De qualquer forma, hoje podemos perceber um grande avanço mesmo que ainda existam algumas limitações.

Foram levantados, nas entrevistas da pesquisa de campo, três elementos do SUAS considerados imprescindíveis para que se possa atingir os objetivos desejados: a descentralização-territorialização, a matricialidade sócio familiar e a participação popular. Deduziu-se, da análise das entrevistas, que a questão da participação popular tem sido pouco priorizada.

Considerou-se que o objetivo buscado será alcançado a partir do momento em que for permitido, através de um trabalho com transparência, que os usuários conheçam seus direitos especificados pela Política de Proteção Social. É necessário ainda que, esses usuários, sejam empoderados, a fim de que saibam usufruir os espaços políticos, - como as conferências e conselhos-, que são imprescindíveis para a mudança da cultura política arraigada no assistencialismo. A participação popular é essencial, pois é considerada aqui, peça chave nesse processo de mudança da gestão da Política de Assistência Social e para isso é necessário que o assistente social caminhe com os usuários e proporcione a eles condições de se tornarem protagonistas de sua própria história.

Foram escolhidos três eixos para fundamentar a análise: a autonomia dos profissionais de Serviço Social e dos usuários, tornando possível a tomada de decisões e construção de sua história; a participação popular, que possibilita a luta e o envolvimento popular na efetivação dos direitos e na construção de respostas sustentáveis para suas necessidades ; e uma ação transformadora do assistente social, capaz de aproveitar as possibilidades existentes no espaço institucional para transformar os limites em novas possibilidades.

Nas entrevistas realizadas nos Centros de Referência da Assistência Social, notou-se um esforço por parte dos assistentes sociais para que o Projeto Profissional seja materializado no cotidiano. Contudo a autonomia do profissional muitas vezes é fragilizada e limitada, e os usuários “ainda” sentem-se e aceitam-se como tutelados, restringindo-se assim a sua autonomia e participação, no sentido de fortalecer as ações. A ação profissional ainda se reduz aos programas de transferência de renda, benefícios e projetos, sem, no entanto, proporcionar uma maior emancipação aos cidadãos, para que se tornem protagonistas de sua própria história. Dessa forma, se levarmos em conta os resultados esperados, a intervenção do assistente social tem proporcionado uma transformação social mínima.

A contribuição da nossa pesquisa se dá no sentido de que o Projeto Ético-Político do Serviço Social materializado através do trabalho dos assistentes sociais nos CRAS, por meio de uma ação transformadora, só possibilitará a autonomia e a participação popular quando o usuário for participante desse processo, quando ele se envolver no processo político de decisões deixando de ser apenas um receptor de atendimentos e benefícios.

A proposta da territorialização da Política de Assistência Social através dos CRAS permite ao profissional maior aproximação da realidade das famílias usuárias e da comunidade local, tornando-se uma vantagem para a promoção da participação popular.

Enfim, é importante ressaltar que o Serviço Social e as Políticas Públicas, em especial a Política de Assistência Social, possuem naturezas diferentes, mas partilham dos mesmos ideais. E o Serviço Social nesse processo não se resume apenas à execução de políticas públicas, mas se efetiva também na orientação, defesa e sustentação de direitos sociais.

BIBLIOGRAFIA

ALÁYÓN, Norberto. Tradução NETTO, Balkys Villalobos de. **Assistência e assistencialismo**: controle dos pobres ou erradicação da pobreza? 2ed., São Paulo: Cortez, 1995.

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. Avaliação da política de assistência social no Brasil neoliberal: instrumento de controle exercido pela população ou sobre a população In: **Revista Trimestral de Serviço Social e Sociedade**. Política Social. Desafios para o Serviço Social. São Paulo : Editora Cortez, Ano XXVIII, n. 92. Nov. 2007.

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/balanco-do-neoliberalismo>. Acesso em 11 abr. 2008.

ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. **Seguridade Social**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9311>. Elaborado em maio 2005. Rio de Janeiro – RJ. Acesso em 11 abr. 2008.

ARCOVERDE, Ana Cristo Brito. **A questão social no Brasil e Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 2. Brasília; CEFESS/ABEPSS; CEDA/UNB, 1999.

ATO Institucional Número Cinco. **Site da Wikipédia**. A enciclopédia livre. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ato_Institucional_N%C3%BAmero_Cinco. Acesso em 28 out 2008.

BEHRIG, E.R; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. Biblioteca básica de Serviço Social, v 2. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL.**Constituição da República Federativa do Brasil**. Site da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:19 jun 2008;

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**: legislação suplementar. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; revisão do texto, Randro Gomes Batista [et al]. 4.^a ed., Brasília : MDS, 2004.

Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social. CFESS/CFEP, Brasília : 2007.

Política Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília : Set. 2004.

Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social: Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília. jun. 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/arquivos/arquivo-2-guia_1_snas_11_06_06-diagramada-versao-final.pdf/view. Acesso em: 25 out. 2008.

BRITO, José Henrique S. **Introdução à fundamentação da metafísica dos costumes, de I. Kant** . Cidade do Porto – Portugal: Contraponto, 1994.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. Intersectorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. In: **Revista Trimestral de Serviço Social e Sociedade.** Política Social. Desafios para o Serviço Social. Editora Cortez. Ano XXVIII – n. 92. Nov. 2007.

CARVALHO, M.C.B. de. **Gestão Social:** alguns apontamentos para o debate. In: **Gestão Social: uma questão em debate.** São Paulo : EDUC; IEE,1999.

CRAS- Profissionais. **Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/serviços/fale-conosco/assistencia-social/gestor-tecnico-municipal>. Acesso em: 26 fev. 08.

CÓDIGO de Ética do Assistente Social. Resolução CEFESS n. 273, de 13 de março de 1993. In: **Legislação Brasileira para o Serviço Social:** Coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da (o) assistente social/organização Conselho Regional do Serviço Social do Estado de São Paulo. 9ª Região – Diretoria Provisória - 2º ed. São Paulo : Conselho Regional de Serviço Social, 2006.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política** 5.ª ed. Campinas, SP : Autores Associados, 1996. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v 27)

DIRETRIZES Gerais para o Curso de Serviço Social – ABEPSS. In: **Legislação Brasileira para o Serviço Social:** Coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da (o) assistente social/organização Conselho Regional do Serviço Social do Estado de São Paulo. 9ª Região – Diretoria Provisória - 3º ed. São Paulo : Conselho Regional de Serviço Social, 2007.

FRANCISCO, C. C. L. de. [et al]. (orgs). **Trabalho, território, cultura**: novos prismas para o debate das políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

GLOSSÁRIO Marxista. **Site do Idev**. Disponível em: <http://ldev.wordpress.com/2008/02/12/glossario-marxista/> Publicado em 12 fev 2008. Acesso em 23 out.2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9 ed. São Paulo : Cortez, 2004.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 4.^a ed., São Paulo: Cortez, 1997.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico – metodológica. 15.^a ed.; São Paulo : Cortez [Lima, Peru]: CELATS, 2003.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-antológica. São Paulo : Cortez, 1983

JESUS, Aline de. [et al]. **Assistência Social / direito ou favor?** : as percepções dos usuários do Jardim Morada do Sol do Município de Presidente Prudente. 2004. 88 f. Monografia. (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2004.

LEI Federal n. 8.662, de 7 de junho de 1993. In: **Legislação Brasileira para o Serviço Social**: Coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentação da (o) assistente social/organização Conselho Regional do Serviço Social do Estado de São Paulo. 9^a Região – Diretoria Provisória - 2^o ed. São Paulo : Conselho Regional de Serviço Social, 2006.

LIMA, Maria Helena de Almeida. **Serviço Social e sociedade brasileira**. 3.^a ed.; São Paulo : Cortez, 1987.

MESTRINER, Maria Luiza. **Assistência e seguridade social**: oposições e aproximações. São Paulo: PUC – SP, 1992.
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Possibilidades da Política**: idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 1: crise contemporânea, questão social e serviço social**. CONSELHO FERERAL DE SERVIÇO SOCIAL, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Brasília: Ed. da Unb, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3.^a ed.; São Paulo : Cortez, 2001.

_____. CARVALHO, M. do C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 5.^a ed. São Paulo : Cortez, 2000.

O que são Políticas Públicas de Assistência Social? **Site do Conselho Regional do Serviço Social do Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <http://www.cressms.org.br/site/?chn=1203358898&txt=11787416437pg=1>. Acesso em 26 fev. 2008.

REIS, Marcelo Braz Moraes. **Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social**. Disponível em: http://www.cressmg.org.br/Textos/notas_sobre_o_projeto_etico_politico_do_servico_social_marcelo_braz_m_reis.pdf. Acesso em: 17 set. 2008.

RELAÇÕES Sociais e Serviço no Brasil - A Questão Social nas décadas de 1920 e 1930 e as Bases para a Implantação do Serviço Social. **Site do Shvoong, centro mundial de resumos**. Publicado em 10 jan. 2007. Disponível em: <http://pt.shvoong.com/humanities/476945-rela%C3%A7%C3%B5es-sociais-servi%C3%A7o-brasil-quest%C3%A3o/>. Acesso em 11 jun.2008.

SÃO PAULO, Governo do Estado de. **Legislação: Capacitação PMAS 2005/2006**. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Out 2005

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **O serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4.^a ed., São Paulo : Cortez, 2007.

SIMÕES. Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 2.^a ed. São Paulo : Cortez, 2008.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14.^a ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo : Cortez, 2004.

_____. **A política de Assistência Social na cidade de São Paulo**. 2.^a ed. São Paulo : Polis, 2001.

_____. [et al]. **A assistência na trajetória das Políticas Sociais brasileiras**: uma questão em análise. 8.^a ed.; São Paulo : Cortez, 2003.

_____. **Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva**: concepções fundantes. Curso de Formação de Multiplicadores. ENAP. 2005

TORRES, Júlio Cesar. O Suas e a universalização da renda social mínima no Brasil. In: **Revista Trimestral de Serviço Social e Sociedade**. Política Social. Desafios para o Serviço Social. Editora Cortez. Ano XXVIII – n. 92. Nov. 2007.

TRAJETÓRIA do serviço social. **Site do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/servicosocial.php>. Acesso em 07 jul. 2008.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Desigualdade e questão social**. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. São Paulo : EDUC, 2000 – 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **Capacitação em serviço social e política social** : módulo 4 : o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília : UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

_____. A Assistência Social na prática profissional: história e perspectivas. In: **Revista Trimestral de Serviço Social**. Ética, Execução de Políticas, Democracia Participativa. Editora Cortez. Ano XXVII – n. 85 – mar. 2006.

ANEXO

ENTREVISTA REALIZADA COM AS ASSISTENTES SOCIAIS DOS CRAS DA ALTA SOROCABANA

1 É possível fazer, em seu cotidiano, a relação do seu trabalho com o Projeto Ético Político do Serviço Social?

2 A ação profissional na Política da Assistência Social, de acordo com a proposta do SUAS/CRAS, tem correspondido ao Projeto Ético-Político? Justifique.

3 Comente quais os princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social são mais efetivados em sua ação profissional de acordo com realidade apresentada.

4 Você acha que o Projeto Profissional está de acordo com a realidade vivida pelo assistente social, sendo possível concretizá-lo, ou é uma construção utópica inatingível? Justifique.

5 O SUAS define e organiza sete elementos essenciais à execução da política de assistência social. No município, estão sendo desenvolvidas e operacionalizadas a descentralização/territorialização, matricialidade sócio-familiar e participação popular?

6 Como é possível executar a nova proposta de gestão do SUAS no cotidiano da ação profissional?

7 Vemos que o assistente social em sua formação deve adquirir uma identidade profissional composta por competências e habilidades e compromisso com o seu trabalho, para que sua intervenção se torne transformadora. O protagonismo é fundamental para que o profissional desempenhe esta função no CRAS. O seu espaço de intervenção possibilita ou limita essa ação transformadora? De que forma?

8 Os objetivos do CRAS são: prevenir as situações de risco familiar, rompendo com o ciclo de reprodução da pobreza, contribuindo para o processo de autonomia, emancipação e participação dos mesmos. O trabalho do assistente social, em conjunto com a equipe técnica, tem apresentado propostas sustentáveis que contribuam para que estes objetivos sejam atingidos?

9 Na sua percepção, como os usuários vêem o CRAS? Conseguem visualizá-lo como meio de acesso aos direitos, rompendo com o assistencialismo?

10 Como você define o comprometimento das três esferas de governo nas transferências de recursos (materiais, humanos, financeiros) para a assistência social, para que as ações sejam desenvolvidas com qualidade, completude e complementaridade?